

**Nº08 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 10 de abril  
de 2017. -----**

Aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e quarenta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de seis de abril de dois mil e dezassete. -----

**I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----**

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, que começando por destacar a situação especial, associada ao facto de que na presente reunião estarem presentes os 2 jovens vencedores do concurso "Se eu fosse Presidente", passando de imediato à sua apresentação: -----

- Miguel Costa, aluno da escola primária de Santo Amaro e Ema Gonçalves Leite, aluna da Escola Fernão de Magalhães, sendo certo que esta última já tinha sido distinguida, em tal concurso, no ano passado. -----

Os vencedores do concurso irão acompanhar, durante a semana em curso, a atividade da Autarquia. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----

- Modificações ao Orçamento da Despesa - Modificação n.º 05. -----

- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos - Modificação n.º 5. -----

- Modificações ao Orçamento da receita - Modificação n.º 05. -----

- Ofício da Empresa Municipal "Gestão de Equipamentos do Município de Chaves EM SA", n.º 35/17, - Relatório Clínico - Época Termal 2016, Termas de Chaves; -----

- Documentos comprovativos da Declaração de Cessação da Atividade do "ITT" - Instituto Técnico de Trás-os-Montes - Associação para a Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental; -----

- Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª série - N. 71 - 10 de abril de 2017. -----

**II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO. -----**

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

- Estacionamento para cargas e descargas, no Largo General Silveira, em frente ao "Café Sport": -----

Sobre esta matéria, o Vereador interveniente sublinhou a necessidade de ser esclarecida, definitivamente, a situação relacionada com a lógica de estacionamento, na zona da cidade, em apreciação, no sentido de apurar se se justifica a existência, naquela zona, de tantos lugares de estacionamento para efetuar cargas e descargas, já que os referidos lugares ficam indisponíveis, durante o dia, para os demais potenciais, utilizadores. -----

- Construção da nova piscina coberta - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente solicitou que, na medida do possível, seja desenvolvido, de uma forma célere, o procedimento administrativo e técnico tendente à das novas piscinas cobertas, junto ao Tabolado. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

- Os lugares de estacionamento, para cargas e descargas, ora evidenciados, são o único espaço utilizado, para o efeito, ao longo da Rua de Santo António, particularmente, junto aos estabelecimentos comerciais que aí se localizam, e integradas, fisicamente, na zona inferior da referida Rua. -----

Assim, é de admitir como provável, a adequação da solução vigente, em matéria de estacionamento com projeção naquela Rua da Cidade. -----

Todavia, irá ser solicitada a elaboração de um estudo, sobre a matéria, junto dos serviços municipais competentes. -----

Deverá ser ponderada a possibilidade de tal zona de estacionamento, poder ser utilizada, entre as 20 horas e as 08 horas, durante todos os dias da semana, para um regime normal de estacionamento pública.

- Quanto à construção das novas piscinas cobertas, alguns Projetos das especialidades irão ser contratualizados, no exterior, não dispondo, internamente, a Autarquia, de capacidade técnica, para o efeito. ---

O lançamento do concurso para a realização da obra, 1ª fase, poderá ser uma realidade, ainda este ano ou no início do próximo ano de 2018.

## I

### ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

#### 1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 31 de março de 2017. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

#### 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

##### 2.1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÕES/ENTIDADES DE CARÁTER SOCIAL, SEDEADAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº44/GAP/17

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### **I - Da Exposição de Motivos** -----

O **CENTRO SOCIAL DE S. VICENTE DA RAIA**, NIPC 501 129 430, com sede em S. Vicente, Concelho de Chaves, solicita através do documento registado sob o nº 2010, em 9 de março, apoio financeiro para reduzir

o valor da dívida que tem perante o empreiteiro, respeitante à obra de construção civil desta instituição; -----

**O Centro Social Paroquial de Chaves, IPSS, NIPC 501 404 139,** instituição sem fins lucrativos, com sede no Largo da Lapa, em Chaves, apresentou em sede de reunião havida nesta Câmara Municipal o Plano de Atividades para o ano letivo 16/17 e solicita o apoio possível para a concretização de ações previstas no projeto curricular "Ao Ritmo da Aventura Olímpica", nomeadamente nas atividades a realizar fora do ambiente escolar. -----

Considerando que estas instituições zelam pela defesa dos direitos dos cidadãos, pela sua inserção social e pelo seu desenvolvimento intelectual; -----

Considerando que as entidades anteriormente identificadas, cujo carácter social é denominador comum, promovem, também, atividades de natureza cultural, recreativa e juvenil no concelho de Chaves e são, por isso, geradoras de dinâmicas de solidariedade e de convívio dentro das comunidades em que se inserem, apoiando diversas franjas da população local; -----

Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não têm, por si só, capacidade de concretizar as atividades que se propõem desenvolver, de forma eficaz e imediatamente atuante; -----

Considerando que os apoios a conceder às entidades mencionadas no quadro sinótico anexo a esta proposta permitirão atingir os seguintes objetivos: -----

- Desenvolver projetos de entreaajuda, com vista a solucionar carências reais da população; -----
- Apoiar estratos sociais desfavorecidos; -----
- Desenvolver atividades de natureza social, recreativa, educativa e cultural; -----

Considerando que as despesas associadas a esta proposta se encontram sedeadas nas rubricas orçamentais devidamente identificadas nos documentos que se anexam;-----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----

b) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionados no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 5 de abril de 2017-----

O Presidente da Câmara-----

(Arq. António Cabeleira) -----

Quadro Sinótico -----

ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL-----

Anexo à proposta nº 44/GAP/17-----

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Centro Social de S. Vicente da Raia 507 706 447	20.000,00 €	08.07.01.04
Centro Social e Paroquial de Chaves 501 404 139	500,00 €	04.07.01.03

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## 2.2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS PROPOSTA Nº 45/GAP/17 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### I - Justificação -----

Considerando as solicitações de apoio financeiro, para o ano de 2017, solicitadas ao Município, pelas entidades sedeadas no concelho de Chaves, a seguir identificadas: -----

**HOQUEI CLUBE FLAVIENSE**, Número de Identificação Pessoa Coletiva 502 420 170, com sede no Pavilhão Municipal, promotor de atividades desportivas, recreativas e de formação de jovens, solicita apoio para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. -----

Ao valor proposto, constante no Quadro Sinótico anexo, foram contabilizados os custos económicos relativos à ocupação do espaço (referência 2016), a saber: -----

Disponibilização gratuita de instalações - 600,00 € ano (50x12);-----

Energia Elétrica e Água - 2.132,00 €-----

**ASSOCIAÇÃO DE FUTSAL "OS VESPAZIANOS" DE CHAVES**, Número de Identificação Pessoa Coletiva 513 864 156, com sede no Pavilhão Municipal, promotora de atividades desportivas e recreativas e formação de jovens, solicita ajuda na materialização das atividades agendadas para o corrente ano. -----

Ao valor proposto, constante no Quadro Sinótico anexo, foram contabilizados os custos económicos relativos à ocupação do espaço (referência 2016), a saber: -----

Disponibilização gratuita de instalações - 600,00 € ano (50x12); ----

Energia Elétrica e água - 2.132,00 €-----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de carácter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população; -

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, ao nível da formação de crianças e jovens, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

e) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----

f) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com as entidades, conforme documentos anexos a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, os referidos documentos; -----

g) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; ---

h) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

i) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 5 de abril de 2017-----

O Presidente da Câmara -----

(Arq. António Cabeleira) -----

Quadro Sinótico -----  
 Anexo à proposta nº 45/GAP/17 -----

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Hóquei Clube Flaviano 502 402 170	17.500,00 €	04.07.01.02
Associação de Futsal "Os Vespazianos" de Chaves 513 864 156	2.500,00 €	04.07.01.02

#### MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO-----

**Entre:** -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Arquitecto António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de ..... de 2017;-----

**E** -----

Segundo: ....., com o NIPC....., com sede na .....em....., neste ato legalmente representada por ....., (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até ....., com poderes para o ato conferidos por deliberação da ..... de ..... -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2017, foi aprovada a **Proposta nº .../GAP/2017, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de carácter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2017;**-----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª-----

**(Objeto)**-----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o ....., apresentou e este Município, referente ao ano 2017, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª-----

**(Período de execução do contrato)**-----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2017.-----

Cláusula 3ª-----

**(Comparticipação financeira)**-----

1. A participação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o ....., é de ..... €. (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado.-----

2. O Município de Chaves concede, ainda, .....-----

Cláusula 4ª-----

**(Disponibilização financeira)**-----

A participação financeira a prestar pelo Município ao ....., será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o .....-----

Cláusula 5ª-----

**(Obrigação de certificação das contas)<sup>i</sup>**-----

1. O ....., deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

2. O ....., para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa.-----

Cláusula 6ª-----

**(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto)**-----

O não cumprimento pelo ....., do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da participação financeira.-----

Cláusula 5ª-----

**(Produção de efeitos)**-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2017.-----

Cláusula 6ª-----

**(Entrada em vigor)**-----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.-----

Cláusula 7ª-----

**(Publicação)**-----

Nos termos do n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia.-----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Chaves, ... de ..... de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

António Cabeleira-----

O Presidente do ....., -----

.....)

**Em Anexo:** -----

- Plano Anual de Atividades de 2017;-----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança

--Social; -----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;-----
- Cópia dos respetivos Estatutos;-----
- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----
- Cópia do NIPC;-----
- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo apresentado a seguinte declaração: -----  
 "Atendendo à não existência de regulamento municipal, sobre a atribuição de apoios, desta natureza, tem manifestado, recorrentemente, a sua posição de abstenção, sobre a matéria. -----  
 Tudo isto, sem por em causa o mérito dos apoios financeiros que se pretendem conceder, mas sim, a inexistência de uma base sólida, sobre a determinação do montante das correspondentes participações." ---

### **2.3. PROPOSTA DE INTENÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CASA DO POVO DE VIDAGO. PROPOSTA N.º 46/GAP/17 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **I - Da Justificação-----**

A CASA DO POVO DE VIDAGO, NIPC 501 131 728, através do documento em anexo, registado na Secção Administrativa da Câmara Municipal com o número 2696, no dia 3 de abril, vem dar conhecimento da sua vontade em realizar obras de requalificação no "Pavilhão Gimnodesportivo de Vidago" mediante a formalização de uma candidatura ao Programa PRID, lançado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude. -----

Considerando o mau estado de conservação deste equipamento que apresenta inúmeras debilidades pondo em perigo a segurança dos potenciais utilizadores; -----

Considerando a oportunidade de reabilitar este espaço polivalente, para mais diversas atividades; -----

Considerando que o orçamento para a realização das obras pretendidas ascende a 100.000,00 €; -----

Considerando que o financiamento no programa PRID pode atingir os 50%;

Considerando que para a apresentação formal da candidatura é exigida uma garantia de comparticipação da parte não financiada; -----

Considerando que sem a ajuda do município a associação não conseguirá, por si só, assumir a contrapartida nacional. -----

Considerando que o apoio solicitado visa a requalificação do equipamento, o qual se for alvo das obras essenciais à segurança dos seus utilizadores, é uma mais-valia para a freguesia. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----

#### **II - Da Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----



Assegurar o financiamento do montante não participado, emitindo, para o efeito, um documento onde conste que caso a candidatura seja aprovada o Município assegura o pagamento do valor não participado, correspondente a 50% do valor total, cujo valor estimado é de aproximadamente 50.000,00 €: -----

Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade mencionada; -----

Chaves, 5 de abril de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
(Arq. António Cabeleira) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### 3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

### 4. FREGUESIAS

#### II

#### DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

#### III

#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

#### ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

#### 1. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA ADELAIDE SILVA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº109/SHSDPC/N.º35/2017 -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.27-----**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/03/29-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017/03/29. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### 2. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. CÁTIA SOFIA MARTINHO FERREIRA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº112/SHSDPC/N.º36/2017 -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.28**-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/03/29**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017/03/29.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DE CANDIDATOS À HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº100/SHSDPC/N.º30/2017** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.03.17**-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/03/17**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, SR. JOÃO NEVES DE 2017/03/28.**

Concordo. Agendar para a próxima reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **4.REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. AUGUSTO MARTINS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº116/SHSDPC/N.º37/2017** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 8. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.04.04**-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/04/06**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017/04/06.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**IV**

**PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**

**V**

**PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:**

**1- PLANEAMENTO**

**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

**3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 9. ---

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 10.--

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.3. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 460/16 - ANTÓNIO PENSO CAÇADOR - RUA DOS EMIGRANTES, RORIZ, FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 04.04.2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1- INTRODUÇÃO**-----

1.1-Através do requerimento n.º 92/17, referente ao processo n.º 460/16, o Sr.º António Penso Caçador, apresenta, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de

edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção<sup>1</sup> de uma habitação unifamiliar, situada na rua dos Emigrantes - Roriz, União das freguesias de Travancas e Roriz no concelho de Chaves.-----  
 1.2- De acordo com a Certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total 2 487,00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 364 e omissa na Conservatória do Registo Predial, da União das freguesias de Travancas e Roriz no concelho de Chaves. -----

## **2 - ANTECEDENTES-----**

2.1- Da consulta ao arquivo, não foram encontrados antecedentes do processo. -----

## **3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----**

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças; -----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----
- Ortofotomapa à escala:2000; -----
- Planta de localização à escala 1:25 000; -----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Quadro de áreas;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 300;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais (aditamento);-----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- Projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----
- Pedido de dispensa de apresentação de projeto de gás;-----
- Fatura da luz;-----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade; ---

## **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo

<sup>1</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de construção.-----

#### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

#### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

#### **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar. A habitação a legalizar, possui três pisos: r/chão, andar e sótão e uma área bruta de construção de 373,04 m<sup>2</sup>.-----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os projetos de estabilidade, arranjos exteriores, águas pluviais, acústico, térmico, águas e esgotos, ficha de segurança contra incêndio. No que diz respeito à luz é apresentada fatura.-----

5.3-Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2016-11-17, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 81", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, as quais se encontram relatadas no auto de "Auto de Vistoria n.º 81" e que são necessárias para conferir salubridade ao edifício. -----

5.5- O requerente solicitou, nova vistoria ao imóvel, fundamentando o seu pedido, no facto de as obras necessárias, para conferir salubridade ao edifício, já se encontrarem executadas. -----

5.6- Foi realizada nova vistoria á habitação unifamiliar em 2017-04-02, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 95", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. ----

5.7- Da vistoria realizada, foi verificado que foram levadas a efeito, obras de alteração no interior do edifício, por forma a conferirem salubridade ao edifício, de acordo com o sugerido no auto de vistoria n.º 81".-----

5.8- A habitação unifamiliar a legalizar, têm uma área bruta de construção de 373,04 m<sup>2</sup>. m<sup>2</sup>, o que implica um índice de utilização (Iu) de 0,15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>, que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 373,04 m<sup>2</sup>/2 487,00 m<sup>2</sup> =0,15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>.

5.9- A operação urbanística, que se pretende legalizar, enquadra-se na envolvente e promove a qualidade do tecido urbano, pelo facto de estar em bom estado de conservação, não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente;--

5.10 - A proposta em presença, dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.-----

5.11- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal, uma vez que contempla no interior do seu prédio 2 lugares de estacionamento automóvel, o qual é igual ao valor mínimo de 2 lugares previsto naquela norma regulamentar.-----

**6 - RESPONSABILIDADE-----**

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, do diretor técnico da obra e do autor do levantamento topográfico, cujos teores se mostram adequados;

**7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----**

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 4 180,40 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 149,30 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 4 329,70 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

**8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

8.1- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto no artigo 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de: a área bruta de construção proposta, respeitar o índice de construção do local que é de 0.50 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado à área da parcela, a altura da edificação não ultrapassa 7,5 metros, a área de impermeabilização do solo não excede 75% da área da parcela e a área de implantação, incluindo anexos não excede 60% da área do terreno.-----

8.2- Considerando que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.3- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

8.4- Considerando que o projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE.-----

8.5- Considerando que a edificação é servida por arruamentos públicos, pavimentados a betuminoso e cubos de granito, possui ligação à rede pública de água e esgotos.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

**9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----**

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os

requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----  
 c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----  
 À consideração superior-----

**ANEXO I-----**

**CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010**

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
piso 1	186,99				186,99
piso 2	138,05				138,05
piso 3	48,00				48,00
TOTAL	373,04	0,00	0,00	0,00	373,04

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	<b>Faixa de rodagem</b>						
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	5,24		19,33	101,29	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	3,96		13,08	51,80	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
	<b>Passeios</b>						
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,81		21,81	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00	€/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	209,02	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	80	

Moradia unifamiliar

- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º

T = C x m x 0,25	4	
	T =	180,40 €

Cércea - 6,15 ml

Volume - 1 096,47 m³

**QUADRO I**

**- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**

**QUADRO II**

**- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subseção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
--	-----------	-----	------	-------

<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,60 €
n.º 3	Para habitação unifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	74,20 €	74,20 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,50 €	11,50 €
	<b>TOTAL</b>			<b>149,30 €</b>

**TOTAL A LIQUIDAR**.....Σ 4 180,40 € + 149,30 € = 4 329,70 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.04.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/04/06-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-04-06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.4. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO COM LICENÇA 708/94, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 691/15 - ORLANDO FERNANDES FREITAS - LUGAR DE PENADA, FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 23.03.2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

1.1 Face ao teor da deliberação do Executivo, em reunião de Câmara de 19/08/2016, com base na proposta elaborada na informação interna n.º 804/SCOU/2016, datada de 10/08/2016 que apontou para a decisão de indeferimento da pretensão e consequente notificação com a referência 865/DGOT/2016, de 21/09/2016, vem o Sr. Orlando Fernandes Freitas, na



qualidade de comproprietário, em audiência dos interessados, através do requerimento n.º1846/16, de 07/10/2016, com vista a alterar o sentido de decisão, referente ao pedido de legalização, previsto no processo n.º154/16, para o efeito apresenta dois pedidos distintos, os quais estão ligados entre si, nomeadamente:-----

- Apresentação dos projetos de especialidades, referente a um pedido de licenciamento, com vista á legalização, da alteração do local da implantação e de obras de ampliação<sup>(2)</sup>, levadas e efeito sem controlo prévio, numa edificação, destinada a uma habitação unifamiliar, licenciada ao abrigo da licença n.º708/94, em nome de Maria de Fátima Fernandes Freitas Medeiros, num prédio misto, sem oposição do outro consorte, sito no Lugar da Peneda - Quinta do Barreiro, União de freguesias da Madalena e Samaiões, no concelho de Chaves.-----

- Apresentação de uma exposição com vista á emissão de Certidão de Destaque<sup>(3)</sup> de uma parcela resultante do prédio misto<sup>(4)</sup>, situado em Peneda - Quinta do Barreiro, com uma área total (incluindo urbana) de **21.940 m²**, composto de vinha e terra de sementeira, casa de rés-do-chão e primeiro andar, s. c. 50m2, freguesia de Loivos e descrito na Conservatória sob o n.º00243/19930902, proveniente da descrição em livro n.º50913, inscrito na matriz n.º 761 natureza rústica, na matriz n.º 762 natureza rústica e na matriz n.º 525 natureza urbana, confronta de nascente e poente com caminho público, de norte com António Alves e de sul com Maria Martins Morais Ruivo, a favor de Franklim Fernandes Freitas, casado com Olga Maria Pinto Manso Freitas, (construiu em cima da "pre-existencia") bem como, aquisição na proporção de ½ do referido prédio, por Florinda Magalhães Teixeira Freitas casada com Orlando Fernandes Freitas (quota adquirida 1/2 a Horácio Lage Medeiros, casado com Maria de Fátima Fernandes Freitas Medeiros).-----

1.2 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º131/17, em 26 de janeiro de 2017 e face ao teor da deliberação do Executivo, realizada em 19/08/2016 e à informação interna n.º 804/SCOU/2016, de 10/08/2016, no âmbito da audiência dos interessados, vem o requerente citado em epígrafe, para além do requerimento/exposição, apresentar os seguintes elementos:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio rústico, situado em Peneda - Quinta do Barreiro, com uma área total de 21.890 m², composto de vinha e terra de sementeira, freguesia de Loivos e descrito na Conservatória sob o n.º00243/19930902, proveniente da

---

<sup>2</sup> Artigo 2.º **Definições**-----

e) «Obras de ampliação», as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente; -----

<sup>3</sup> Figura de destaque, que é a divisão física de uma única parcela de terreno de um prédio mãe. Os destaques estão isentos de licenciamento. Porém, para serem registados é necessária a emissão, por parte da Câmara, de uma certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque. -----

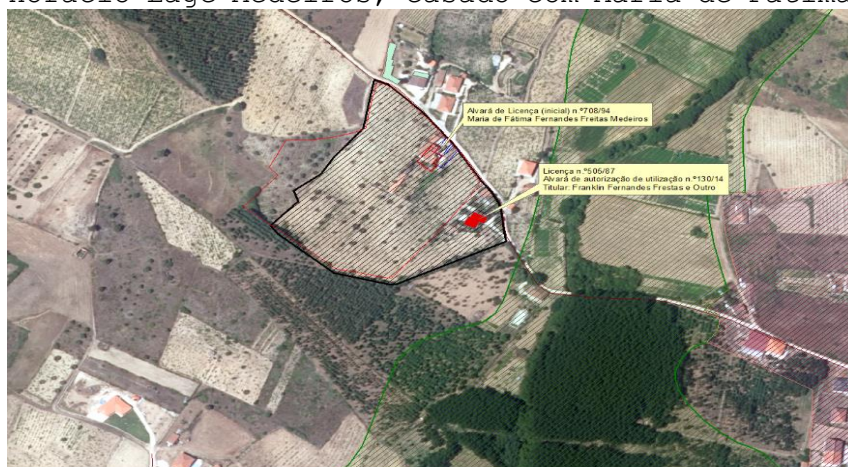
<sup>4</sup> Um prédio com parte rústica e parte urbana, qualificado, no seu conjunto, como misto para efeitos fiscais, será qualificado, para efeitos civis, designadamente do disposto no n.º1 do art. 1380º do Código Civil, " como prédio rústico quando, essencialmente utilizado para cultura ou cultivo agrícola, a parte urbana estiver ao serviço da parte rústica desse prédio, não gozando de autonomia funcional".--

descrição em livro nº50913, inscrito na matriz n.º 761 natureza rústica, na matriz n.º 762 natureza rústica, confronta de nascente e poente com caminho público, de norte com António Alves e de sul com Maria Martins Morais Ruivo, a favor de Franklim Fernandes Freitas casado com Olga Maria Pinto Manso Freitas, bem como, aquisição na proporção de  $\frac{1}{2}$  do referido prédio, por Florinda Magalhães Teixeira Freitas casada com Orlando Fernandes Freitas (quota adquirida 1/2 a Horácio Lage Medeiros, casado com Maria de Fátima Fernandes Freitas) em compropriedade com Franklim Fernandes Freitas casado com Olga Maria Pinto Manso Freitas.-----

- Caderneta Predial Urbana emitida pelo serviço finanças de Chaves em 17/01/2017, referente ao artigo matricial n.º **937NIP** da união das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, que teve origem no artigo **705** da extinta freguesia de Loivos, localizado em Barreiros, descrito como casa de habitação de cave e R/C, confronta de norte com caminho, de sul com Franklim Freitas de nascente com caminho e de poente com António Pimenta, com uma área total do terreno de 175,00 m<sup>2</sup>, uma área de implantação do edifício 175,00m<sup>2</sup> e uma área bruta de construção de 350,00m<sup>2</sup>, inscrito na matriz no ano de 1997 e cujos titulares é o Sr. Orlando Fernandes Freitas, ora requerente.-----

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, descreve um prédio misto<sup>(5)</sup>, situado em Peneda - Quinta do Barreiro, com uma área total (incluindo urbana) de 21.940 m<sup>2</sup>, composto de vinha e terra de sementeira, casa de rés-do-chão e primeiro andar, s. c. 50m2, freguesia de Loivos e descrito na Conservatória sob o nº00243/19930902, proveniente da descrição em livro nº50913, inscrito na matriz n.º 761 natureza rústica, na matriz n.º 762 natureza rústica e na matriz n.º **525** natureza urbana, confronta de nascente e poente com caminho público, de norte com António Alves e de sul com Maria Martins Morais Ruivo, a favor de Franklim Fernandes Freitas casado com Olga Maria Pinto Manso Freitas, bem como, aquisição na proporção de  $\frac{1}{2}$  do referido prédio, por Florinda Magalhães Teixeira Freitas casada com Orlando Fernandes Freitas (quota adquirida 1/2 a Horácio Lage Medeiros, casado com Maria de Fátima Fernandes Freitas).-



<sup>5</sup> Um prédio com parte rústica e parte urbana, qualificado, no seu conjunto, como misto para efeitos fiscais, será qualificado, para efeitos civis, designadamente do disposto no nº1 do art. 1380º do Código Civil, "como prédio rústico quando, essencialmente utilizado para cultura ou cultivo agrícola, a parte urbana estiver ao serviço da parte rústica desse prédio, não gozando de autonomia funcional".--

2.2 De acordo com a Caderneta Predial Urbana emitida pelo serviço finanças de Chaves em 15/01/2016, apresentada a coberto do requerimento n.º2007/15, o prédio urbano inscrito no artigo matricial n.º**525NIP** da união das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, que teve origem no artigo 406 da extinta freguesia de Loivos, localizado na Quinta do Barreiro, descrito como prédio de R/C e 1º andar, confronta de norte com Horácio Jorge Medeiros e Franklim Fernandes Freitas, de sul com Jorge Medeiros e Franklim Fernandes Freitas de nascente com Jorge Medeiros Franklim Fernandes Freitas e de poente com Jorge Medeiros e Franklim Fernandes Freitas com uma área total do terreno de 50,00 m<sup>2</sup>, uma área de implantação do edifício 50,00m<sup>2</sup> e uma área bruta de construção de 50,00m<sup>2</sup>, inscrito na matriz no ano de 1956 e cujos titulares é o Sr. Franklim Fernandes Freitas (1/2) e Orlando Fernandes Freitas, ora requerente.-----

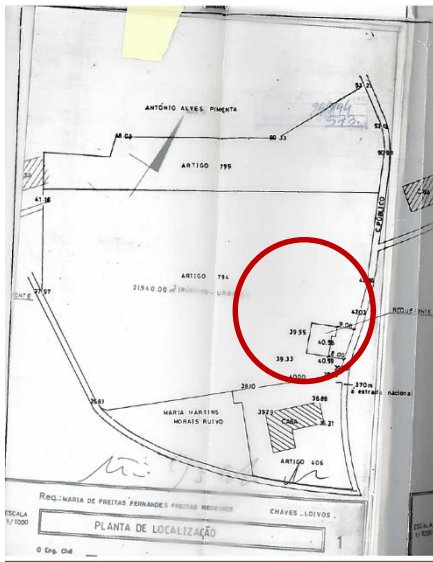
2.3 De acordo com a Caderneta Predial rústica - Modelo A, emitida pelo serviço finanças de Chaves em 15/01/2016, com vista a alteração da área de 10710m<sup>2</sup>, para 20332 m<sup>2</sup>, apresentada a coberto do requerimento n.º2007/15, o prédio rústico inscrito no artigo matricial n.º762NIP da união das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, que teve origem no artigo 795 da extinta freguesia de Loivos, localizado em Peneda, descrito como vinha, confronta de norte com caminho público, de sul com caminho público, de nascente com caminho público e de poente com caminho de consortes e outros com uma área total de 20332,00 m<sup>2</sup>, e cujos titulares é o Sr. Franklim Fernandes Freitas (1/2) e Orlando Fernandes Freitas, ora requerente.-----

2.4 De acordo com a Caderneta Predial rústica - Modelo A, emitida pelo serviço finanças de Chaves em 15/01/2016, apresentada a coberto do requerimento n.º2007/15, o prédio rústico inscrito no artigo matricial n.º761NIP da união das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, que teve origem no artigo 794 da extinta freguesia de Loivos, localizado em Peneda, descrito como vinha e terra de sementeira, confronta de norte com Elisa Ferreira, de sul com caminho público, de nascente com Rio do Seixo e de poente com caminho público com uma área total de 1558,00m<sup>2</sup>, e cujos titulares é o Sr. Franklim Fernandes Freitas (1/2) e Orlando Fernandes Freitas, ora requerente.-----

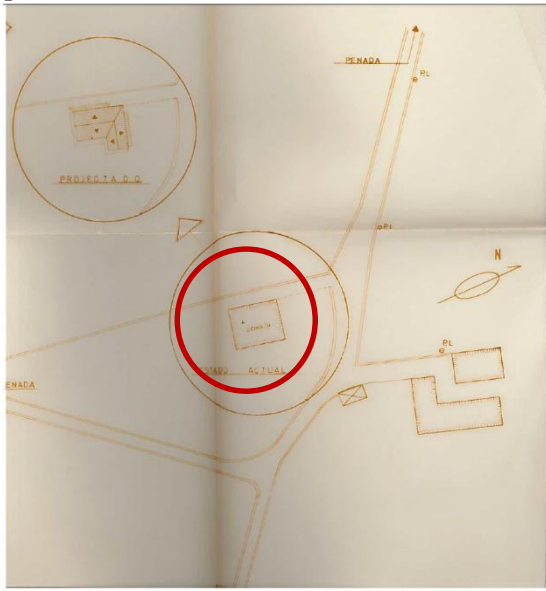
2.5 Mais se informa, de acordo com a Caderneta Predial Urbana emitida pelo serviço finanças de Chaves em 17/01/2017, apresentada a coberto do requerimento n.º131/17, o prédio urbano inscrito no artigo matricial n.º**937NIP** da união das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, que teve origem no artigo 705 da extinta freguesia de Loivos, localizado em Barreiros, descrito como casa de habitação de cave e R/C, confronta de norte com caminho, de sul com Franklim Fernandes Freitas de nascente com caminho e de poente com António Pimenta com uma área total do terreno de 175,00 m<sup>2</sup>, uma área de implantação do edifício 175,00m<sup>2</sup> e uma área bruta de construção de 350,00m<sup>2</sup>, inscrito na matriz no ano de 1997 e cujos titulares é o Sr. Orlando Fernandes Freitas, ora requerente.-----

## **2. ANTECEDENTES**-----

2.1 Processo n.º224/94, em nome de Maria de Fátima Fernandes Freitas Medeiros, para construção de uma habitação de R/C e andar, com a área de 350,30m<sup>2</sup>, que deu origem ao Alvará de Licença (Inicial) n.º708/94, emitido em 04/11/1994, a qual se projeta no prédio misto, acima descrito e sem oposição do outro consorte, digo Sr. Franklim Fernandes Freitas;-----



2.2 Por pesquisa efetuada no arquivo municipal, foi verificado a existência de uma Licença de construção n.º 505, passada em 13/07/1987 e posteriores prorrogações, cujo titular é o Sr. Francklim Fernandes Freitas, para construção de casa composta de cave, R/C e andar, com área de 364,56m<sup>2</sup>, a qual se projecta no prédio misto e sem oposição do outro consorte, digo Horácio Lage Medeiros, casado com Maria de Fátima Fernandes Freitas Medeiros, composto de casa de habitação, vinha e terra de sementeira com oliveiras, no sítio da Peneda ou Quinta do Barreiro, em Loivos, que confina de nascente e poente com caminho público, de norte com José Sabroso e de Sul com Alberto Ruivo, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Loivos sob o artigo n.º406 e na matriz rústica da mesma freguesia sob os artigos n.º794 e n.º795, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º50913, de acordo com a escritura outorgada em 16/09/1980 e constante do processo n.º337/87. -----



2.3 Processo n.º529/14, vistoria para concessão de autorização de utilização, de habitação unifamiliar, situada na Quinta do Barreiro, localidade de Loivos, União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, em nome de Francklim Fernandes Freitas e Outro, ao qual correspondeu a emissão do Alvará de autorização de Utilização n.º130/14, em 25/09/2014, a que corresponde a Licença de construção n.º505, emitida em 13/07/1987.-----

2.4 Através da informação interna de 10 de agosto de 2016/Requerimento n.º 2007/15 foi proposto o indeferimento referente ao pedido de legalização da alteração do local da implantação e de obras de ampliação<sup>(6)</sup>, levadas a efeito sem controlo prévio, numa edificação, destinada a uma habitação unifamiliar, licenciada ao abrigo da licença n.º 708/94.-----

### **3. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----**

3.1. Juntamente com o requerimento/exposição n.º 1846/16, de 07/10/2016, apresenta:-----

- Pedido de dispensa de apresentação de Projeto de Instalação Gás, fundamentado;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º 14, do artigo 13.º<sup>(7)</sup> do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, do Município de Chaves, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º 732/2015, RMUE;-----
- Declaração do técnico responsável pela direção técnica da obra;-
- O requerente não apresenta do projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, para o efeito apresenta prova de que o edifício já se encontra alimentado diretamente pela rede de distribuição de energia elétrica, consubstanciado na fatura de eletricidade, emitida pela EDP;-----
- O requerente não apresenta projeto de infraestruturas de telecomunicações (ITED), para o efeito apresenta documento comprovativo de que o edifício já se encontra servido dessas infraestruturas, consubstanciado na fatura de telecomunicações, emitida pela operadora;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE - Mod.200901-ANPC), aplicável à utilização tipo I a III e VI a XII para a 1ª categoria de risco, contendo dos seguintes elementos: Ficha de

---

<sup>6</sup> Artigo 2.º **Definições-----**

e) «Obras de ampliação», as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente;-----

<sup>7</sup> Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução-----**

12 - Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topógrafo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 - A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 - As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

Segurança Contra Incêndio em Edifícios; Prova de inscrição do técnico coordenador do projeto na associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do requerimento inicial;

- Projeto de condicionamento acústico Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional; -----

- Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro; Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional;-----

- Projeto de abastecimento de água, acompanhado do Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional;-----

- Projeto de drenagem de águas residuais, acompanhado de Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional;-----

- Projeto de drenagem de águas pluviais, acompanhado pelo Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional, -----

- Projeto de estabilidade, acompanhado do Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional;-----

3.2 Mais se informa, da análise da instrução do processo, de acordo com o DL n.º555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, em conformidade com disposto no n.º2 artigo 102.ºA, cumulativamente com o disposto no anexo I - ponto I e no n.º15 e no n.º16, do ponto III, da Portaria n.º 113/2015, de 22/4<sup>(8)</sup>, juntamente com o disposto no RMUE, verifica-se que o mesmo se encontra deficientemente instruído, nomeadamente falta;-----

- Ficha de medição da edificação, em conformidade com o anexo IV do RMUE de Chaves, acompanhada de perfil esquemático do arruamento com descrição dos materiais. -----

- Bem como, as plantas de alterações apresentadas não estão elaboradas de acordo com o código de cores, previsto no artigo 15.º do RMUE. -----

3.3 No que concerne ao pedido de destaque, para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 10, do artigo 6.º<sup>(9)</sup>, do RJUE, o pedido de Emissão de

---

<sup>8</sup> Elementos instrutórios do pedido de autorização de utilização de edifícios na sequência de realização de obras sujeitas a controlo prévio (capítulo V e n.º25 da portaria 113/2015 de 22 de abril e artigo 14º do DL n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua actual redacção).-----

<sup>9</sup> **Artigo 6.º - Isenção de controlo prévio**-----



Certidão de Destaque, apresentado , nos termos do artigo 19.º<sup>(10)</sup>, do RMUE, cumulativamente com o previsto no Artigo 13.º, do RMUE,

1 – Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de controlo prévio:-----

**4 – Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos.**-----

5 – Nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, os atos a que se refere o número anterior estão isentos de licença quando, cumulativamente, se mostrem cumpridas as seguintes condições:-----

a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos;  
b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projeto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respetiva.-----

6 – Nos casos referidos nos n.os 4 e 5 não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque nos termos aí referidos por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior.-----

7 – O condicionamento da construção bem como o ónus do não fracionamento previstos nos n.os 5 e 6 devem ser inscritos no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.-----

8 – O disposto no presente artigo não isenta a realização das operações urbanísticas nele previstas da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, as de proteção do património cultural imóvel, e a obrigação de comunicação prévia nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.-----

9 – A certidão emitida pela câmara municipal comprovativa da verificação dos requisitos do destaque constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada.-----

10 – Os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.os 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.-----

<sup>10</sup> **Artigo 19.º – Operações de destaque**-----

O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos:-----

a) Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de destaque;-----  
b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;-  
c) Extratos das plantas de ordenamento e condicionantes do Plano Diretor Municipal em vigor neste Concelho;-----  
d) Levantamento topográfico georreferenciado à escala 1:1000 ou superior, a qual deve delimitar a área total do prédio;-----

encontra-se também deficientemente instruído, nomeadamente faltam os seguintes documentos:-----

- Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do pedido de certidão de destaque, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Relatório com enquadramento do PDM;-----
- Levantamento topográfico, à escala 1:500, com a delimitação da do prédio e com indicação da respetiva área, assim como o espaço público envolvente e em consonância com a CCRP;-----
- Planta elaborada sobre levantamento topográfico, com indicação da parcela a destacar e da parcela sobrança;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º(11) do RMUE de Chaves.-----
- Anuência do cotitular, no que concerne ao pedido de destaque de uma parcela.-----

#### **4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----**

A pretensão, consubstanciada na realização de uma operação urbanística ilegal, isto é, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, doravante designado RJUE, com vista à legalização de obras sujeitas a licença.-----

Mais se informa no que concerne á operação de destaque e nos termos das disposições conjuntas constantes dos números 1 e 5 do artigo 6.º<sup>(12)</sup>

e) Planta de localização à escala 1:10.000 ou superior, assinalando devidamente os limites do prédio;-----

f) Planta elaborada sobre levantamento topográfico, com indicação da parcela a destacar e da parcela sobrança;-----

g) Relatório com enquadramento no Plano Diretor Municipal, relativamente às classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante do solo, índice de utilização do solo e servidões ou restrições de utilidade pública que impendem no prédio objeto da pretensão;-----

h) No caso de o destaque incidir sobre terreno com construção erigida, deverá ser identificado o respetivo procedimento quando tal construção tenha sido sujeita a controlo prévio.-----

##### **<sup>11</sup> Artigo 13.º - Requerimento, comunicação e respetiva instrução-----**

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

##### **<sup>12</sup> Artigo 6.º - Isenção de licença -----**

1 – Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----

j) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5.-----

4 – Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos.-----

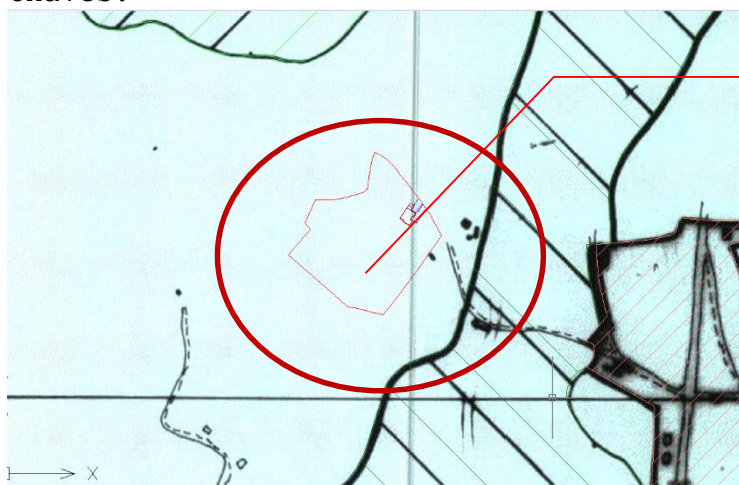
5 – **Nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, os actos a que se refere o número anterior estão isentos de licença quando, cumulativamente, se mostrem cumpridas as seguintes condições: -----**



do RJUE, os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe fora do perímetro urbano, estão isentos de licença ou autorização, desde que na parcela a destacar, seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos e na parcela sobrance, seja respeitada a unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respectiva (nos termos da Portaria 202/70, a área de unidade de cultura para o distrito de Vila Real em terrenos de regadio é de 0.5ha se ferem hortícolas ou 2ha se classificados como arvenses e de 3 há se estivermos perante terrenos de sequeiro).-----

#### **4.2 Enquadramento da proposta nos instrumentos de planeamento Territorial**-----

Regista-se que o prédio misto possui uma área total de 21.940,00m<sup>2</sup>, de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves.-----



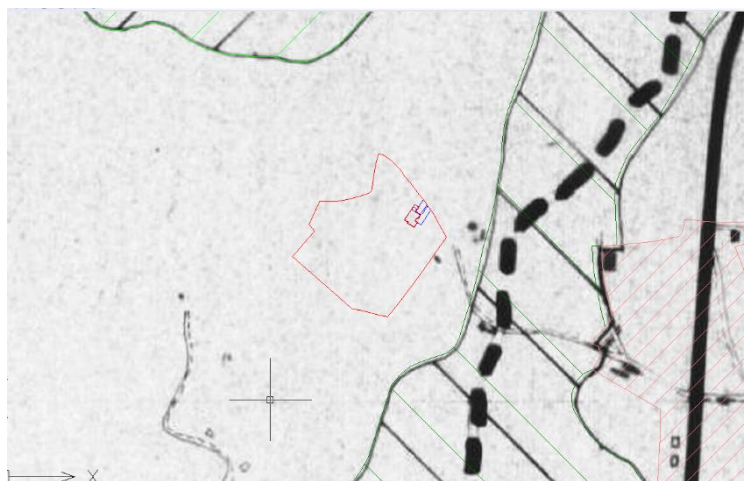
Localização do prédio misto, tendo por base o levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente, sobre planta de ordenamento (folha nº61 A)

Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves<sup>(13)</sup>, folha nº61-A, o prédio em causa localiza-se em Espaços da Classe 4 - Espaços agrícolas e florestais, da Categoria 4.3 - espaços agro-florestais, subcategoria 4.3 A - espaços agro-florestais comuns.-----

Segundo a Carta de Condicionante, folha nº 61-A, do PDM, o prédio em causa não se encontra abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública.-----

- a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos;
- b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projeto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixa da nos termos da lei geral para a região respetiva. -----

<sup>13</sup> Publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento-----



#### 4.3 Nos Regulamentos Municipais-----

A pretensão enquadra-se nos artigos 73º-C do RMUE. -----

#### 6. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS-----

Não houve lugar a consultas externas.-----

#### 7. ANÁLISE DO PEDIDO-----

Após análise prévia dos elementos constantes nos presentes pedidos, cumpre-me informar o seguinte:-----

- Em primeiro lugar, o Sr. Orlando Fernandes Freitas, através do requerimento de 1846/16, de 07/10/2016, não abordou expressamente o pedido de certidão de destaque tal como resulta do artigo 6.º<sup>(14)</sup> do RJUE;-----
- Além disso o Sr. Orlando Fernandes Freitas não instrui o pedido de certidão de destaque conforme o disposto no artigo 19.º<sup>(15)</sup>, do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação;-----

---

<sup>14</sup> Artigo 6.º - **Isenção de controlo prévio**-----

2 - Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial estão isentos de licença desde que cumpram os requisitos previstos nos n.os 4 a 10, do artigo 6.º, do RJUE.-----

<sup>15</sup> Artigo 19.º - **Operações de destaque**-----

O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos:-----

- a) Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de destaque;-----
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;
- c) Extratos das plantas de ordenamento e condicionantes do Plano Diretor Municipal em vigor neste Concelho;-----
- d) Levantamento topográfico georreferenciado à escala 1:1000 ou superior, a qual deve delimitar a área total do prédio;-----
- e) Planta de localização à escala 1:10.000 ou superior, assinalando devidamente os limites do prédio;-----
- f) Planta elaborada sobre levantamento topográfico, com indicação da parcela a destacar e da parcela sobrance;-----
- g) Relatório com enquadramento no Plano Diretor Municipal, relativamente às classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante do solo, índice de utilização do solo e servidões ou restrições de utilidade pública que impendem no prédio objeto da pretensão;-----

• Em contrapartida há que concluir que os documentos apresentados a coberto do requerimento 131/17, de 23/01/2017, não são esclarecedores no que concerne à operacionalização da separação do artigo urbano n.º 525, dos artigos rústicos integrantes do prédio misto situado em Peneda - Quinta do Barreiro, com uma área total (incluindo urbana) de 21.940 m<sup>2</sup>, (inclui a área do artigo urbano), composto de vinha e terra de sementeira, casa de rés-do-chão e primeiro andar, s. c. 50m<sup>2</sup>, freguesia de Loivos e descrito na Conservatória sob o nº00243/19930902, proveniente da descrição em livro nº50913; -----

• Por conseguinte, não se percebe a ligação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 937NIP, da união das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, que teve origem no artigo 705 da extinta freguesia de Loivos, localizado em Barreiros da União, ao presente processo, ao presente processo, pois não se intuir a sua proveniência.

• Em segundo lugar, Sr. Orlando Fernandes Freitas não deu cabal cumprimento ao item 7 da informação 804/SCOU/2016 e aprovada por deliberação Camarária, em reunião realizada 19/08/2016;-----

• Por ultimo, no âmbito da sua apreciação dos projetos de especialidades, constata-se que pedido não se encontra convenientemente instruído, em conformidade com n.º16, do ponto III, da Portaria nº 113/2015, de 22/4<sup>(16)</sup>, juntamente com o disposto no RMUE.

#### **8. CONSIDERAÇÕES DO PARECER-----**

8.1 Considerando que, pese embora, os documentos aduzidos ao processo, em 07/10/2016, através do requerimento n.º1846/16, em 23/01/2017, através do requerimento n.º131/17 e face ao acima exposto, não foram apresentados pelo requerente quaisquer elementos, requeridas diligências complementares ou juntos documentos suscetíveis de alterar a informação prestada pela Divisão de Gestão urbanística acima referenciada, pelo que reitera-se, no caso em apreço, o teor da informação então elaborada, com exceção do último paragrafo, do título4, ao qual já foi dado cumprimento com a apresentação da declaração do comproprietário.-----

8.2 Considerando que a pretensão em análise é manifestamente contrária às normas legais ou regulamentares aplicáveis, nomeadamente no que concerne à Prova de titularidade do prédio misto, em compropriedade, uma vez que há discrepância entre a área constante no documento da Conservatória do Registo Predial e a área constante nas peças escritas e desenhadas do presente processo, bem como, pelo facto do prédio objeto de análise, pertencente aos espaços da classe 4, estarem implantados duas edificações ambas destinadas a habitação unifamiliar, uma autorizada através da licença nº505/87 e outra ao abrigo da Licença nº708/94, em desconformidade com o previsto na alínea a), do n.º2, do artigo 37º, do P.D.M. de Chaves atualmente em vigor.-----

8.3 Face ao exposto, constata-se que o pedido em causa viola as seguintes normas regulamentares: -----

• A alínea a), do n.º2, do artigo 37º, do P.D.M. de Chaves atualmente em vigor, pelo facto do prédio em causa, pertencente aos espaços da classe 4, estarem implantados duas edificações ambas

---

h) No caso de o destaque incidir sobre terreno com construção erigida, deverá ser identificado o respetivo procedimento quando tal construção tenha sido sujeita a controlo prévio.-----

<sup>16</sup> Elementos instrutórios do pedido de autorização de utilização de edifícios na sequência de realização de obras sujeitas a controlo prévio (capítulo V e nº25 da portaria 113/2015 de 22 de abril e artigo 14º do Dl nº555/99, de 16 de dezembro, na sua actual redacção).-----

destinadas a habitação unifamiliar, uma autorizada através da licença nº505/87 e outra ao abrigo da Licença nº708/94;-----

• O n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, a alínea b) , do n.º5, do artigo, 73.º-C, do RMUE e a parte I e os n.º 15 e n.º16 da parte III, do anexo I da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, uma vez que os elementos instrutórios não são os adequados para a operação urbanística, objeto do procedimento de legalização, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística, resultado da alteração da localização da implantação da edificação, bem como de obras de ampliação, de um prédio de habitação existente, licenciada ao abrigo da licença nº805, passada em 11/10/1979;-----

• O artigo n.º6 do RJUE e o artigo 19.º do RMUE, no que concerne á eventual operação de destaque.-----

#### **9. PROPOSTA DE DECISÃO-----**

9.1 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis, nomeadamente, a alínea a), do n.º2, do artigo 37º, do P.D.M. de Chaves, n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE e a alínea b) , do n.º5, do artigo, 73.º-C, do RMUE, considera-se que a pretensão em análise não poderá merecer parecer favorável por parte da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território. Assim, propõe-se o indeferimento definitivo do processo referente à legalização das alterações à licença n.º708/94, com base no disposto na alínea a) do ponto 1, do artigo 24<sup>(17)</sup> do RJUE.-----

9.2 Nestes termos, o presente processo administrativo, registado com o nº691/15, deverá estar presente em reunião de Câmara para que o executivo delibere converter em definitivo o indeferimento do pedido de legalização de uma operação urbanística em desconformidade com a licença inicial a que me venho referindo. -----

9.3. Mais se refere que, caso o executivo concorde com o acima proposto, e pelo facto da pretensão violar o PDM em vigor, deverá a pretensão ser objeto de análise técnica por parte do Sector de Planos Municipais e Ordenamento do Território, da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território desta Câmara Municipal, no respeito a esta situação seja ponderada no âmbito da revisão do PDM.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.04.2017:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação do disposto na alínea a), do n.º 2, do Artigo 37º do Regulamento do Plano Director Municipal em vigor.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/04/06-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

---

<sup>17</sup> Artigo 24º - Indeferimento do pedido de licenciamento-----

1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando:-----

a) Violar plano municipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-04-06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. COMPATIBILIDADE COM O USO INDUSTRIAL, PEDIDO DE DECLARAÇÃO - PROCESSO N.º 162/17 - DELICIANA - CONFEITARIA ARTÍSTICA UNIPESSOAL, LDA. - RUA RODRIGUES JUNQUEIRA, ED. SOL NASCENTE, LOJA N.º 10, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 04.04.2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. Pretensão do requerente -----**

Vem a Srª Ana Maria Vieira Pires Gonçalves Teixeira na qualidade de representante legal/gestora da empresa Deliciana-Confeitaria artística unipessoal Lda. através de requerimento nº400/17 e nº 544/17 referentes ao processo nº162/17 apresentar exposição onde solicita a emissão de declaração em como o uso comercial previsto para a loja nº10 do edifício Sol Nascente é compatível com o industrial, digo para a utilização como "Fabricação de produtos de confeitaria com o CAE 10822".-----

**2. Localização-----**

De acordo com elementos apensos ao requerimento a declaração de compatibilidade solicitada refere-se ao uso de uma loja atualmente designada como loja nº 10 e á qual corresponde a fração A do prédio constituído em regime de propriedade horizontal Edifício Sol Nascente Bloco A1, rua Rodrigues Junqueira, freguesia de Santa Cruz,Trindade Sanjurge.-----

**3. Antecedentes -----**

Encontra-se em arquivo nesta edilidade: -----

- Processo referente ao pedido de licenciamento de obras do edifício em nome de Manuel Gomes de Castro e filhos Lda (onde se encontra a fração para a qual se pretende a declaração) que culminou na licença de obras nº188/2001. -----

- Certidão de propriedade horizontal do edifício emitida por esta edilidade a 11 de setembro de 2003 onde se verifica que a fração em causa era formada pela loja nº6. Por redistribuição de numeração atualmente é definida por loja nº10. -----

- Após vistoria realizada a 16 de dezembro de 2004 foi emitido alvará de utilização nº403/04 e em como a fração A se destinava a comercio. -----

- Por processo nº1/2005 foi apresentado projeto de instalação de similar de hotelaria-Restaurante. -----

- Por alvará de autorização nº45/2006 foi emitida autorização para o uso de restauração simples.-----

**4. Enquadramento da pretensão -----**

A pretensão do requerente tem enquadramento legal no SIR-Sistema de industria publicado por DL n.º73 /2015 nomeadamente no seu artigo 18º bem como no regulamento municipal de urbanização e edificação (RMUE)nomeadamente no artigo 73º-B-Sistema de Industria Responsável (SIR).-----

**5. Instrução do pedido-----**

O presente pedido encontra-se instruído de acordo com o n.º 2 artigo 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE), designadamente:-----

- Declaração da requerente;-----
- Termo de responsabilidade/Declaração de técnico relativo ao Regulamento de segurança contra incêndio;-----
- Termo de responsabilidade/Declaração de técnico relativo ao Regulamento Geral de Ruído;-----
- Termo de responsabilidade/Declaração de técnico relativo à produção de fumos, cheiros ou resíduos;-----
- Termo de responsabilidade/Declaração de técnico de abastecimento de água, saneamento de águas residuais-----
- Comprovativo da inscrição do técnico em associação pública de carater profissional;-----
- Cópia dos alvarás acima identificados em antecedentes-----
- Fatura da água;-----
- Fatura da luz;-----
- Contrato de arrendamento-----
- Registo na Conservatória do registo predial da sociedade Deliciana-Confeitaria artística, unipessoal-----

#### **6. Análise do pedido -----**

É pretensão da requerente a emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, do alvará de autorização de utilização n.º403/04 (destinava a comercio ).-----

- Por compulsa e análise de antecedentes verifica-se que a fração em causa foi sujeito a procedimento de licenciamento para a instalação de similar de hotelaria -restaurante estando apenso ao mesmo projeto de exaustão de fumos e ventilações, projeto de abastecimento de água, saneamento de águas residuais domesticas, segurança contra incêndios tendo sido ainda anexado aquando da vistoria realizada por este município conjuntamente com delegação de saúde e bombeiro certificado acústico.-----
- Por peça desenhada apresentada verifica-se que em relação ao anterior processo não existem alterações dignas de registo. -----
- Nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 18º do SIR a atividade pretendida "Fabricação de produtos de confeitaria com o CAE 10822" pode ser desenvolvida em prédio urbano com o uso de comércio.-----
- Nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 73-B do RMUE, pode a Camara Municipal de Chaves e sempre que se verifique a inexistência de impacto relevante no equilíbrio urbano e ambiental, declarar compatível com o uso industrial o alvará de autorização de utilização de fração autónoma destinada a comercio serviços no caso de se tratar de estabelecimento industrial a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR.-----
- A atividade pretendida "Fabricação de produtos de confeitaria com o CAE 10822" têm enquadramento na parte 2-B do anexo I do SIR, (onde se encontram definidas as atividades industriais, da classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE - rev.3) com potência elétrica igual ou inferior a 99 kVA, potência térmica não superior a  $4 \times 10^6$  Kj/h e n.º de trabalhadores não superior a 20.----
- Nos termos do n.º 2 do artigo 73.º-B do RMUE, a requerente instruiu o pedido com elementos justificativos de que a instalação do estabelecimento industrial- Fabricação de produtos de confeitaria com o CAE 1082-, salvaguarda o equilíbrio urbano e ambiental.-----

**7. Conclusão-----**

Pelo supra descrito em análise do pedido verifica-se que: -----

- O pedido formulado encontra-se instruído nos termos do n.º 2 do 73.º-B do RMUE. Verificando-se a inexistência de impacto relevante no equilíbrio urbano e ambiental-----
- A atividade industrial Fabricação de produtos de confeitaria com o CAE 10822, de acordo com a alínea a) do n.º3 do artigo 18.º do SIR, pode desenvolver-se em prédio urbano com uso comercial-----
- A fração em causa, e ora denominada loja 10 do edifício Sol Nascente possui alvará de autorização der utilização para comercio n.º403/04 . -----

**8. Proposta de decisão -----**

Pela conclusão acima enunciada e tendo em consideração o n.º1 artigo 73º-B do RMUE, julgo que poderá a Camara Municipal de Chaves, emitir parecer favorável ao solicitado, digo pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial "Fabricação de produtos de confeitaria com o CAE 10822 o alvará de autorização de utilização de fração autónoma destinada a comercio "loja 10 do edifício Sol Nascente".-----

Caso a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável ao solicitado deverá de imediato, proceder-se ao averbamento no título de utilização já emitido (Alvará de Autorização de Utilização n.º403/04, fração A"), da atividade pretendida, designadamente, "Fabricação de produtos de confeitaria com o CAE 10822, a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.04.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial requerido, nos termos e para os efeitos enunciados no item "8 - PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/04/06-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-04-06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.6. COMPATIBILIDADE COM O USO INDUSTRIAL, PEDIDO DE DECLARAÇÃO - PROCESSO N.º 368/16 - MARIA DAS DORES VIEIRA RODRIGUES VENCESLAU - RUA ALFERES JOÃO BATISTA, ED. NOVA HERA, BL. 1, LOJAS 6 E 7, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 30.03.2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento n.º 996/15, referente ao processo n.º 368/16, a Sr.ª Maria das Dores Vieira Rodrigues Venceslau, solicita, emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial o alvará de autorização de utilização n.º 07/93, correspondente às frações "Y" e "W" de um edifício destinado a habitação, comércio e serviços, situado na rua Alferes João Batista, Edf.º Nova Hera, Bloco 1, lojas 6 e 7, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

## **2. ANTECEDENTES-----**

O imóvel possui os seguintes antecedentes:-----

- Alvará de licença de utilização n.º 07/93, para habitação e comércio;

## **3. SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----**

O processo está instruído de acordo com o n.º 2 artigo 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE), designadamente:-----

- Declaração da requerente;-----

- Termo de responsabilidade/Declaração de técnico relativo ao Regulamento de segurança contra incêndio;-----

- Termo de responsabilidade/Declaração de técnico relativo ao Regulamento Geral de Ruído;-----

- Termo de responsabilidade/Declaração de técnico relativo à produção de fumos, cheiros ou resíduos;-----

- Comprovativo da inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----

- Cópia do título - alvará de Licença de utilização n.º 07/93;-----

- Fatura da água;-----

- Fatura da luz;-----

## **4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **4.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 5 do art.º4 e art.º 62 do Dec.- Lei555/99 alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014 de 9 de Setembro, por remissão do n.º3 do artigo 73.º-B do RMUE.-----

### **4.2 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio urbano está inserido em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

### **4.3. Nos Regulamentos Municipais-----**

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-B (Sistema de Indústria Responsável (SIR)) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

### **4.4. Em diplomas especiais-----**

O presente pedido enquadra-se no n.º3 artigo 18.º do Sistema de Indústria Responsável (SIR) - Dec.- Lei n.º 73/2015 de 11 de Maio.---

## **5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

A requerente pretende a emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, o alvará de autorização de utilização n.º 07/93, designadamente, para as frações "Y" e "W", de um edifício destinado a habitação e comércio.-----

O uso industrial pretendido, refere - se à atividade de "Fabrico de acessórios de vestuário e confeção de calçado de pano" (CAE 14 190), a qual têm enquadramento na parte 2-B do anexo I do SIR.-----

Constam da parte 2-B do anexo I do SIR, as atividades industriais, da classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE - rev.3) com potência elétrica igual ou inferior a 99 kVA, potência térmica não superior a  $4 \times 10^6$  Kj/h e n.º de trabalhadores não superior a 20.----

O pedido está instruído de acordo com o n.º 2 do 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, com elementos



justificativos de que a instalação do estabelecimento industrial, a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, salvaguarda o equilíbrio urbano e ambiental.-----

A atividade industrial de "Fabrico de acessórios de vestuário e confeção de calçado de pano" (CAE 14 190), pode ser desenvolvida em prédio urbano com o uso de comércio, de acordo com a alínea a) do n.º3 do artigo 18.º do SIR.-----

O edifício onde se pretende desenvolver as atividades a que se fez referência, está situado em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.3 - Outros Aglomerados, o qual, está vocacionado para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal.-----

#### **6. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

Considerando, que o pedido está instruído de acordo com o n.º 2 do 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, com elementos justificativos de que a instalação do estabelecimento industrial, a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, salvaguarda o equilíbrio urbano e ambiental.-----

Considerando que a alínea a) do n.º3 do artigo 18.º do SIR, estabelece, que pode a Câmara Municipal, declarar compatível com o uso industrial o alvará de utilização de edifício destinado a comércio, no caso de se tratar de estabelecimento abrangido pela parte 2-B do anexo I do SIR, se se verificar a inexistência de impacte relevante no equilíbrio urbano e ambiental.-----

Considerando que as frações, onde pretende exercer a atividade industrial de "Fabrico de acessórios de vestuário e confeção de calçado de pano" (CAE 14 190), a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, possuem alvará de autorização de utilização n.º 7/93, para "comércio", podemos concluir que é compatível com o uso pretendido - "industrial", sendo certo que, pode a atividade a que se fez referência, ser instalada em fração autónoma de prédio urbano.-----

#### **7. PROPOSTA DE DECISÃO-----**

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (n.º1 do artigo 73.º - B do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do artigo 73.º- B do RMUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, designadamente, para a atividade de "Fabrico de acessórios de vestuário e confeção de calçado de pano" (CAE 14 190), o alvará de autorização de utilização n.º 7/93 das frações "Y" e "W" para comércio e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o averbamento no título de autorização de utilização existente;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, dever-se-á de seguida, proceder-se ao averbamento no título de utilização já emitido (Alvará de Autorização de Utilização n.º 07/93, das frações "Y" e "W"), da atividade pretendida, designadamente, "Fabrico de acessórios de vestuário e confeção de calçado de pano" (CAE 14 190), a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.04.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de emissão da declaração de compatibilidade com o uso industrial requerida, nos termos e para os efeitos enunciados nas alíneas b) e c), do item "7 - PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/04/06-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-04-06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.7. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 681/16 - MARIA EMILIA ROCHA MOREIRA TAVEIRA - LUGAR DE PEREIRO, FREGUESIA DE STO. ANTÓNIO DE MONFORTE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 27.03.2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO -----**

Em sede de audiência prévia dos interessados do procedimento administrativo registado com o n.º681/16, nos termos e para efeito do artigo 80.º<sup>(18)</sup> do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, face ao teor da deliberação, do sentido provável de indeferimento do pedido de legalização, apresentado a 13 de outubro de 2016, vem a Sra. Maria Emília Rocha Moreira Taveira, na qualidade de proprietária, de um prédio urbano situado em Santo António de Monforte, requerer a junção de elementos, a coberto do requerimento, registado nesta unidade orgânica com o n.º2274/16, em 15/12/2016, no sentido de alterar o sentido de decisão, referente a uma operação urbanística já concluída, consubstanciada na legalização de obras de construção de um edifício, destinada a moradia unifamiliar.-----

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----**

---

<sup>18</sup> Artigo 80.º - **Audiência dos interessados e audiência pública-----**

1 - Na conferência procedimental, o direito de audiência dos interessados é exercido oralmente, em sessão na qual estejam presentes todos os órgãos participantes, e, no caso da conferência de coordenação, em simultâneo quanto às várias decisões a adotar, podendo os interessados apresentar alegações escritas, as quais devem constar como anexo da ata da sessão.-----

2 - Para o efeito do disposto do número anterior, os interessados são convocados nos termos do disposto no artigo 122.º 3 - Nos procedimentos em que seja obrigatória a audiência pública, a realização desta na pendência da conferência procedimental suspende o prazo para a conclusão da mesma.-----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, o prédio urbano composto de casa de rés-do-chão e primeiro andar, situa-se em Santo António de Monforte, com uma área total de 220 m<sup>2</sup>, uma área coberta de 120 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz n.º 15, natureza urbana, da Freguesia de Santo António de Monforte e descrito sob o nº65/20160407, confronta de poente com caminho público e nas restantes confrontações com particulares. -----



Localização do prédio, conforme se ilustra, na sobreposição da planta georreferenciada, apresentado pela requerente, sobre ortofotomapa com voo de 2012 (folha nº34-2B).

### 3. ANTECEDENTES -----

Construção de génese ilegal. Não estão registados antecedentes no SIG.

### 4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

#### 4.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----

A pretensão enquadra-se no disposto, na alínea c), no n.º 2, do artigo 4.º<sup>(19)</sup>, cumulativamente com o artigo n.º 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, doravante designado RJUE, com vista à legalização de obras sujeitas a licença.-----

#### 4.2 - Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----

Regista-se que o prédio acima referido com a área total conservada de 220m<sup>2</sup> e com a configuração e delimitação constantes da planta topográfica junta. -----

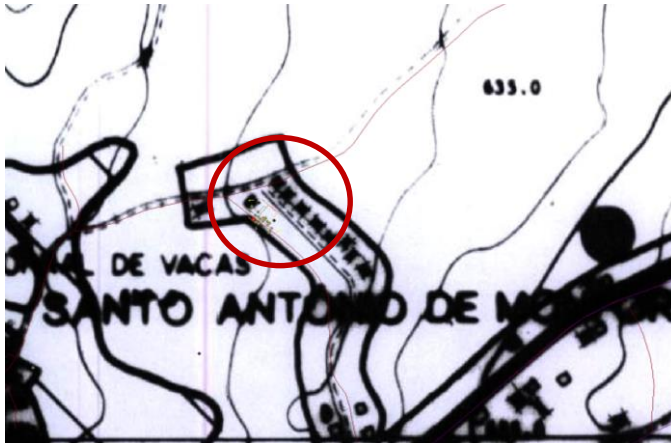
##### a) Em termos de Ordenamento-----

A área em estudo é abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B -N.º35, do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento. -----

Recorrendo, com as devidas ressalvas a Tecnologias de Comunicação e Informação, e fazendo a sobreposição da planta georreferenciada, apresentada pela requerente sobre o raster da carta de ordenamento do PDM, folha 34B, à escala1:10000, verificamos que a área de implantação da edificação em apreço encontra-se classificada como espaços urbanos e urbanizáveis (class1), categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Santo António de Monforte, tal como se ilustra na imagem abaixo,-----

<sup>19</sup> Artigo 4.º **Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;-----



b) Em termos de Condicionantes-----  
 Por outro lado, atenta à planta de condicionantes do PDM e recorrendo, com as devidas ressalvas a Tecnologias de Comunicação e Informação, e fazendo a sobreposição da planta georreferenciada, apresentada pela requerente sobre o raster da planta referida, carta 34B, o local não está abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública, tal como se ilustra na imagem abaixo,-----



#### 4.3 Nos Regulamentos Municipais-----

A pretensão enquadra-se nos artigos 73º-C do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015, RMUE. -----

#### 5. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

5.1. Por leitura da memória descritiva do projeto de arquitetura, é proposta uma área bruta de construção de 265,13 m² e uma área de implantação de 123,43 m². A habitação projeta-se em dois pisos, sendo um piso de r/chão e um piso de 1º andar.-----

5.2. Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, aplicam-se os parâmetros urbanísticos plasmadas na alínea a), do n.º2, do artigo 19.º, do Regulamento do PDM de Chaves, ou seja, um índice de construção é de 0.50 m²/m² aplicado à área da parcela. Assim temos, área do terreno x índice de construção = 207,45 m² x 0.50 m²/m² = 110 m² (máxima área bruta de construção permitida) < 265,13 m² (área bruta da habitação objeto de legalização), obtendo-se assim o índice de construção 1,2m²/m², superior ao permitido para o local.-----

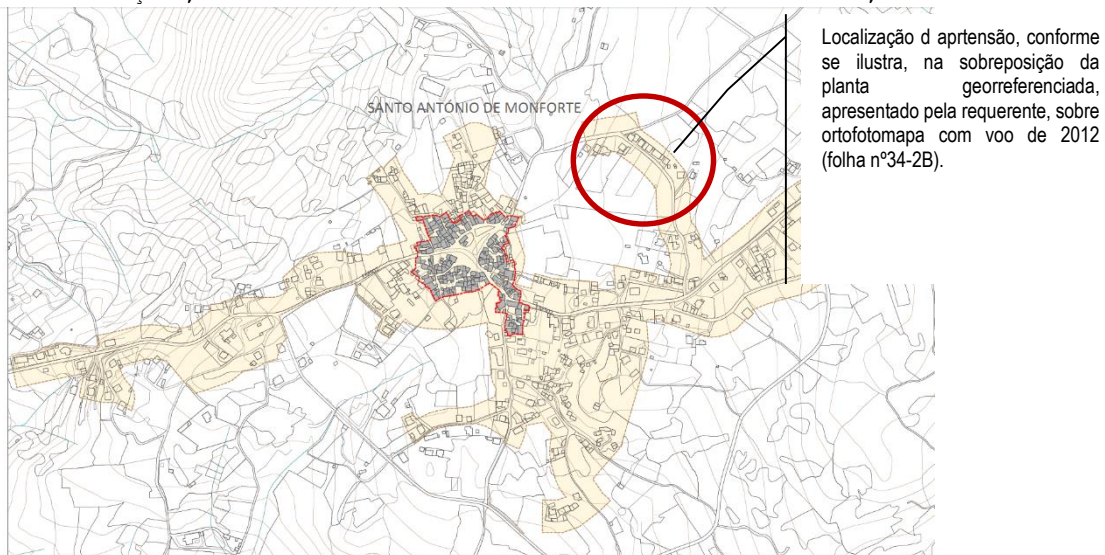
5.3 No sentido de viabilizar a pretensão, a interessada apresenta uma exposição/ "memória descritiva" onde argumenta entre outras fundamentos, que considera que a moradia está "localiza numa malha urbana perfeitamente consolidada, composta por diversas moradias unifamiliares(...) e índices de construção para além de 0,5m2/m2", mais



refere que por uma questão de integração na envolvente, que os valores do índice poderão ser ultrapassados quando se trata de edificações localizadas, designadamente **em núcleos tradicionais dos aglomerados rurais**. Neste contexto, para o cálculo do índice da pretensão seja aplicado o disposto no n.º 2, do artigo 22, do Regulamento do PDM, sendo que a edificabilidade máxima a autorizar será a que resulta da aplicação do valor médio dos  $I_c$  correspondentes às edificações existentes nas parcelas contíguas em causa, conforme prevê o n.º 3, do mesmo artigo.-----

5.4. Mais se esclarece, no regulamento do PDM vigente, constata-se a inexistência de qualquer moldura regulamentar, no que concerne aos critérios a adotar na delimitação de novos núcleos tradicionais, para além dos dezasseis aglomerados com núcleo tradicional a preservar listados no anexo 4, do Regulamento PDM, para efeitos de aplicação do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 22.º e posterior quantificação da edificabilidade. Neste seguimento foi definido em reunião de trabalho, realizada em 21 de novembro de 2016, que o Setor de Planos Municipais de Ordenamento do Território, SPMOT, elaborasse um estudo técnico, sobre uma proposta de metodologia para delimitação dos núcleos tradicionais dos aglomerados rurais, bem como, propostas concretas de delimitação dos núcleos tradicionais de Santo António de Monforte e de Faiões;-----

5.5 Com efeito, de acordo com a proposta concreta da delimitação dos núcleos tradicionais designadamente de Santo António de Monforte constante da documentação gráfica anexa, a informação produzida pelo SPMOT, elaborada pela técnica superior Arquitecta Ana Augusto, aprovada por deliberação camarária, em reunião de camara realizada 03/03/2017, constata-se que a pretensão não está abrangida pela referida delimitação, tal como se ilustra no extrato abaixo,-----



5.6. Assim sendo para o cálculo do  $I_c$ , não poderá ser com base na envolvente, uma vez que a pretensão não está inserida no contexto do núcleo tradicional do aglomerado rural de Santo António de Monforte.-

## 6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1 Face ao exposto, os argumentos apresentados pela interessada, no âmbito do direito de audiência prévia que lhe foi conferida, invocando razões de aplicabilidade do artigo 22.º do regulamento do PDM, para o cálculo do valor médio dos  $I_c$ , que muito embora compreensíveis, não poderão ser aceites pois a localização da pretensão não se encontra

inserida no núcleo tradicional do aglomerado rural de Santo António de Monforte.-----

6.2 Pelo que, se reitera, o referido na informação técnica datada de 21/10/2016, neste seguimento, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere indeferir definitivamente a pretensão, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 24.º<sup>(20)</sup> do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e ulteriores alterações.-----

6.3. Propõe-se ainda o envio do presente processo, registado com o n.º 681/16 para a Divisão de Administração e Fiscalização, DAF, com vista a apurar a eventual responsabilidade de contraordenação.-----  
À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.04.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação do disposto na alínea a), do n.º 2, do Artigo 19º, do Regulamento do Plano Director Municipal em vigor.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/04/06-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-04-06. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.8. CADUCIDADE DA LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - PROCESSO N.º 9/11 - ANTÓNIO MANUEL MONTEIRO RODRIGUES - LUGAR DE SAINÇA, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 22.03.2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **1-ANTECEDENTES-----**

1.1-Em reunião de câmara de 18-03-2013, mediante a informação técnica de de 13-03-2013, foi deliberado deferir condicionalmente o pedido de aprovação da divisão fundiária da operação de loteamento, que o interessado pretendia implementar no lugar referido em epígrafe, nos

---

<sup>20</sup> Artigo 24.º - **Indeferimento do pedido de licenciamento-----**

1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando:-----

a) Violar plano municipal e intermunicipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento-----  
urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

termos do disposto no artigo 23º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/3.-----

1.2-De acordo com o disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 71º do diploma legal acima referido, o requerente tinha o ónus jurídico até **25 de março de 2014** para vir a processo apresentar a comunicação prévia para a realização das obras de urbanização.-----

1.3-Através dos requerimentos registados com os nº 521/14 e nº 617/14, o requerente solicitou a prorrogação do prazo para a entrega dos projetos de especialidades, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações.--  
Pelo exposto no nº 2 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 442/91, de 15/11, com posteriores alterações, o qual aprovou o Código de Procedimento Administrativo, enquadrou-se o pedido do interessado, nos termos do disposto no nº 3<sup>21</sup> do artigo 1º do Decreto-Lei nº 120/2013, de 21/8.-

1.4-De acordo com o regime excecional de extensão de prazos previsto no Decreto-Lei nº 120/20013, de 21/8, o prazo de caducidade previsto no artigo 71º do RJUE foi elevado para o dobro, pelo que o pedido do interessado foi deferido.-----

Neste contexto, os projetos de especialidades referentes às obras de urbanização do loteamento que o requerente pretendia implementar no prédio rústico, sito no lugar da Sainça, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Oura sob o artigo 17º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 785/20000504, deveriam ser apresentados até **25 de março de 2015**.-----

## **2-PARECER**-----

2.1-A licença ou comunicação prévia para a realização de operação de loteamento caduca se não for apresentada a comunicação prévia para a realização das respectivas obras de urbanização no prazo de um ano, a contar da notificação do ato de licenciamento, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 71º, do referido diploma legal.-----

2.2-No presente processo administrativo registado com o nº 9/11 o prazo que o requerente detinha para a apresentação dos projectos de especialidades terminou a 25 de março de 2015.-----

2.3-Nesta perspectiva, no presente caso, a validade da licença para a realização da operação de loteamento pretendida pelo requerente, terminou no dia 25 de março de 2015, circunstância essa que determina o incumprimento do prazo estipulado para a apresentação dos projectos referentes às obras de urbanização, enquadrando-se, na causa de caducidade prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 71º, Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações.-----

## **3-PROPOSTAS**-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

3.1-Que o presente processo administrativo esteja presente em reunião de câmara para que o Executivo delibere no sentido de declarar caducada a licença para a realização da operação de loteamento pretendida pelo requerente e projetada para o prédio rústico, sito no lugar da Sainça, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Oura sob o artigo 17º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº

---

<sup>21</sup> **Artigo 1º - Regime excecional de extensão dos prazos**-----

3-Os prazos de caducidade e os prazos para a apresentação do requerimento de emissão dos títulos de operações urbanísticas previstas nos artigos 71º e 76º do mesmo diploma são elevados para o dobro.-----

785/20000504, com fundamento no incumprimento do prazo estipulado para a apresentação dos projectos referentes às obras de urbanização.---  
 3.2-De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 71º do RJUE e nos artigos 121º<sup>22</sup> e 122º<sup>23</sup> do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1, deve ser dado ao interessado o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----  
 A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n.º1 e 2 do artigo 122º do CPA.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.04.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar um projecto de decisão administrativa conducente À declaração de caducidade da licença para a realização da operação de loteamento em causa, com fundamento no disposto na alínea a), do n.º 1, do Artigo 71º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

Neste contexto, dever-se-á de seguida, notificar o interessado nos termos do preceituado nos artigos 121º e 122º, do Código de Procedimento Administrativo para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o projecto de decisão acima preconizado.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017/04/06-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-04-06. -----**

<sup>22</sup> **Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia-----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

<sup>23</sup> **Artigo 122º - Notificação para a audiência-----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece o projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-



À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

### 1- URBANIZAÇÃO

#### 1.1. "REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DO BAIRRO DA TRASLAR" - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA -----

Foi presente a informação nº 137/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

##### **I - Enquadramento**-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Requalificação do Pavimento do Bairro da Traslár". -----

A pavimentação dos arruamentos existentes é em sem semipenetração e apresenta alguma degradação. Pretende-se uma recarga direta no pavimento existente com uma camada de desgaste em betão betuminoso.

Os acessos existentes às garagens do Bairro são em betão encontrando-se os mesmos bastante danificados, apresentando já material desagregado, depressões e até buracos. Pretende-se, para esta zona, a repavimentação em betão hidráulico.-----

##### **II - Da Proposta**-----

Face ao descrito propõe-se:-----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos;-----
2. Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Requalificação do Pavimento do Bairro da Traslár"-----
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 157.000.00 Euros, (Cento e cinquenta e sete mil euros), acrescido do respetivo valor do IVA;-----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;-----
5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:-
  - a) Projeto de Execução;-----
  - b) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008;-----
  - c) Programa de Procedimento;-----
  - d) Caderno de Encargos;-----
  - e) Plano de Segurança e Saúde;-----
  - f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----
6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 60 dias.-----
7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos

seguintes elementos:-----  
 Presidente: Márcia Santos-----  
 1º Vogal efetivo: Amélia Rodrigues-----  
 2º Vogal efetivo: José Figueiredo-----  
 Suplentes:-----  
 1º Vogal suplente: Madalena Branco-----  
 2º Vogal suplente: Fernanda Serra-----

**8.** Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P;-----

**9.** Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

- No entanto, dado tratar-se de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, sendo praticamente nulo o grau de imprevisibilidade, é dispensável a revisão de projeto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamento e análise de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram analisados os levantamentos existentes e efetuada análises de campo; -----

- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto; -----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

**10.** O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 157.00.00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.3.1. 0102/07030301/0202/2002 I 195.-----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 03 de abril de 2017 -----

A Chefe de Divisão-----  
 (Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

**Em anexo:**-----

Projeto de Execução;-----  
 Modelo de Anúncio de Concurso Público;-----  
 Programa de Procedimento; -----  
 - Caderno de Encargos;-----  
 - Plano de Segurança e Saúde;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**1.2. PARU 3 - CENTRO DE CONVÍVIO NO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.3), PARU 5 - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.5), REMODELAÇÃO FUNCIONAL E PAISAGÍSTICA DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA E CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVÍVIO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES. PARA RATIFICAÇÃO** -----

Foi presente a informação nº 131/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento**-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2017, deliberou por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa.-----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, as empresas Norasil, S.A. e Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A vieram a apresentar listas de erros e omissões.-----

Após análise das listas de erros e omissões apresentadas, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo.-----

**II - Da Proposta em Sentido estrito**-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:-----

a) A aceitação dos erros e omissões, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso;-----

b) Que, dado que a próxima reunião ordinária de Câmara apenas se realiza no próximo dia 10 de abril, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61 do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município já que a obra se encontra inscrita nos PARU e PEDU, aprovados pelo "Programa Operacional Região Norte - Norte 2020", dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados.-----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 10 de abril de 2017, nos termos do disposto

no n.º 3 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

d) Nos termos do n.º7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão.-----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o n.º3 do artigo 64ª do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder á prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º.-----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 10 de abril de 2017, até às 17 horas.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 3 de abril de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Rodrigues)-----

#### **Informação do Júri do Procedimento-----**

**1** - Aos 3 dias do mês de abril de 2017, o Júri do concurso reuniu para proceder à análise das listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados nos termos do art.º 61 do CCP e ulteriores alterações.--

**2** - As listas de erros e omissões foram apresentadas pelas empresas Norasil, S.A. e Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A., dentro do prazo legalmente fixado.-----

**3** - Foi solicitado à equipa projetista apoio técnico para a formulação das respostas. O Júri analisou as respostas enviadas e elaborou o presente documento. Transcrevem-se, de seguida, os erros e omissões apresentados, bem como as respetivas respostas:-----

#### **Norasil, S.A.-----**

**1** - Nas peças desenhadas existem 2 centrais de incêndio.-----

Júri - Faz parte da empreitada o fornecimento e instalação de duas centrais de deteção de incêndio, encontrando-se localizadas no desenho n.º 5 do projeto SCIE.-----

**2** - Nas peças desenhadas são 6 detetores óticos enquanto que nas medições são 5 unidades.-----

Júri - Confirma-se que nas peças desenhadas estão contemplados 6 detetores óticos, sendo que, no artigo 10.5 do mapa de medições estão previstas 5 unidades e no kit previsto no artigo 10.9 estão previstas 2 unidades, o que perfaz um total de 7 unidades, sendo que 1 ficará de reserva.-----

**3** - Nas peças desenhadas não existem sirenes de alarme.-----

Júri - No desenho n.º 1 da Instalação e Equipamentos de Segurança Ativa, estão localizadas as duas sirenes de alarme.-----

**4** - Nas medições não existem botões de alarme manual ao contrário do que está previsto nos desenhos.-----

Júri - No artigo 10.5, estão previstos 2 botões de alarme de incêndio convencional e no kit previsto no artigo 10.9 está previsto 1. -----

#### **Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.**

Art.º I.1.1.1, Art.º I.1.1.4, I.1.1.5. - Solicitamos a quantidade a executar de acordo com o art.º 43 do CCP-----

Júri - Informa-se que, conjugando a especificidade dos trabalhos descritos nos pontos antes mencionados, com as peças desenhadas patenteadas no projeto de execução de arquitetura (desenhos n.º 9 ao

n.º 14), constata-se que a informação nelas contida é suficiente para uma adequada e rigorosa orçamentação dos mesmos.-----

Art.º I.1.1.10. - Solicitamos o envio do mapa de vãos-----

Júri - O mapa de vãos está contemplado nas peças desenhadas n.º 50 ao n.º 56 do projeto de execução de arquitetura.-----

Art.º I.1.12.1. - Solicitamos esclarecimento se o computador é tátil ou não tátil.-----

Júri - Não tátil-----

Art.º I.1.12.6. - Pretendem alguma marca específica-----

Júri - Pretende-se que o serviço de bar apresente as seguintes características:-----

- Os copos deverão ser transparentes, do tipo "rättvik" do Ikea, ou equivalente.-----

- As chávenas e pires serão de cor branca e do tipo "VÄRDERA", do Ikea, ou equivalente-----

- As colheres de café são em aço inoxidável, do tipo "DRAGON", do Ikea ou equivalente.-----

Art.º I.1.12.13. - Solicita-se a quantificação da área a intervir.---

Júri - A área a intervir é de 151,25 m2.-----

Art.º II.1.1. - Solicita-se a descrição pormenorizada dos trabalhos a executar e as quantidades correspondentes-----

Júri - Os elementos a serem demolidos, desmontados e removidos, encontram-se elucidados na peça desenhada n.º 14. Será necessário o levantamento do pavimento existente para instalação dos lancis que atravessarão a praça e que ficarão ao nível do pavimento, dos novos lancis que irão confinar com os espaços verdes e espaços de estar, prevendo-se o levantamento de cerca de 676,26 m2 de pavimento para o efeito.-----

Art.º II.2.2. - Solicita-se o tipo de geometria/dimensão do cubo de basalto calcário para correta orçamentação.-----

Júri - Quer as dimensões dos cubos (variável entre o 3 e os 5cm), quer a estereotomia ser utilizada no pavimento, será idêntica à existente, anexando-se fotografia para melhor esclarecimento.-----

Art.º II.2.4. - Solicita-se a quantificação dos metros lineares de lancil curvo-----

Júri - Os lancis curvos encontram-se representados nas peças desenhadas que integram o projeto, concluindo-se que serão entre 11 a 15 ml.-----

Art.º II.2.10. - Solicita-se a quantificação das áreas a intervir, para correta orçamentação.-----

Júri - Esta ação será levada a efeito nas áreas adjacentes às árvores existentes, aos canteiros e áreas de estar, o que equivale a uma área de 152,00 m2.-----

Art.º II.2.10. - Solicita-se a quantificação das áreas a intervir, para correta orçamentação.-----

Júri - Esta ação será levada a efeito nas áreas adjacentes às árvores existentes, aos canteiros e áreas de estar, o que equivale a uma área de 152,00 m2.-----

Art.º II.4.1. - Os balcões deverão incluir armários expositivos?-----

Júri - Sim-----

**3** - Face ao exposto, não haverá lugar a qualquer alteração no mapa de quantidades patente a concurso, e consequentemente, manter-se-á o preço base da mesma.-----

Chaves, 3 de abril de 2017-----

O Júri do Concurso-----

Presidente-----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, em substituição de Marcelo Delgado)-----

1.º Vogal-----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra)-----

2.º Vogal-----

(Maria Madalena de Sousa Durão Branco)-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, e voto contra do Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco António Chaves de Melo, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 03 de abril de 2017. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: -----

- "Voto contra a aprovação da presente proposta, porque o maior erro é fazer este Centro de Convívio, no jardim". -----

### **1.3. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº 1 DE CHAVES - JARDIM DE INFÂNCIA DO CINO CHAVES - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA** -----

Foi presente a informação nº 140/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

#### **I - Enquadramento**-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Requalificação da Escola Básica Nº 1 de Chaves - Jardim de Infância do Cino-Chaves".-----

O presente projeto de arquitetura, tem por objeto a requalificação e ampliação do Jardim de Infância do Cino-Chaves, localizada na Rua Nadir Afonso, Cino-Chaves, em Chaves.-----

#### **II - Da Proposta**-----

Face ao descrito propõe-se:-----

a) A aprovação do projeto de "Requalificação da Escola Básica Nº 1 de Chaves - Jardim de Infância do Cino-Chaves", nos termos da informação produzida sobre a matéria, pela DGOT, (informação nº 7/DGOT/2017);-----

b) Caso o referido projeto venha a ser superiormente aprovado, propõe-se que o respetivo procedimento pré-contratual seja desenvolvido à luz do CCP, nos seguintes termos:-----

**1.** Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos;-----

**2.** Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Requalificação da Escola Básica Nº 1 de Chaves - Jardim de Infância do Cino-Chaves".

**3.** Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 416.447.00 Euros, (Quatrocentos e dezasseis mil, quatrocentos e quarenta e sete euros), acrescido do respetivo valor do IVA;-----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;-----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:---

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria n.º 701 - A/2008-----

b) Programa de Procedimento;-----

c) Caderno de Encargos;-----

d) Plano de Segurança e Saúde;-----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 90 dias.-----

7. Que, de acordo com o estipulado no n.º1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos:-----

Presidente: António Malheiro-----

Efetivos:-----

1º Vogal efetivo: Amélia Rodrigues-----

2º Vogal efetivo: Fernanda Serra-----

Suplentes:-----

1º Vogal suplente: Madalena Branco -----

2º Vogal suplente: Márcia Santos-----

8. Que, de acordo com o estipulado no n.º1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no n.º2 do artigo 69º do C.C.P;-----

9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

No entanto, dado tratar-se de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, sendo praticamente nulo o grau de imprevisibilidade, é dispensável a revisão de projeto, de acordo com o n.º2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:-----

- Levantamento e análise de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram analisados os levantamentos existentes e efetuada análises de campo;-----

- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto;-----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra;-----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros;-----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo.-----

**10.** O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 416.447.00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.1.1. 0102/07010305/0211/2017 I 5.-- À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 05 de abril de 2017-----

A Chefe de Divisão-----  
(Eng.<sup>a</sup> Amélia Cristina Rodrigues)-----

**Em anexo:**-----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público;-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Plano de Segurança e Saúde;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

#### **1.4. MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA**-----

Foi presente a informação nº 143/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

##### **I - Enquadramento**-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Musealização das Termas Romanas de Chaves".-----

O projeto de execução em referência, contempla a conservação, restauro, preservação e recuperação dos espaços que compõem o conjunto arquitetónico das estruturas arqueológicas existentes, promovendo as condições necessárias para a reativação do sistema hidráulico de abastecimento de águas termais, condutas, tanques e piscinas. Prevê também a execução de camarins, redes de iluminação, telecomunicações, hidráulicas, AVAC, melhoria da eficiência energética e ambiental e, musealização e promoção da estrutura arqueológica.-----

##### **II - Da Proposta**-----

Face ao descrito propõe-se:-----

**1.** Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos;-----

**2.** Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Musealização das Termas Romanas de Chaves"-----



3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 1.050.000,00 Euros, (Um milhão e cinquenta mil eurs) acrescido do respetivo valor do IVA;-----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;-----
5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:---  
a) Projeto de Execução;-----  
b) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008;-----  
c) Programa de Procedimento;-----  
d) Caderno de Encargos;-----  
e) Plano de Segurança e Saúde;-----  
f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.
6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias.-----
7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos:-----  
Presidente: Marcelo Delgado-----  
1º Vogal efetivo: Amélia Rodrigues-----  
2º Vogal efetivo: António Malheiro-----  
Suplentes:-----  
1º Vogal suplente: Madalena Branco -----  
2º Vogal suplente: Fernanda Serra-----
8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P;-----
9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP.-----  
Dado tratar-se de uma obra com alguma complexidade, foi objeto de revisão de projeto, pela Comissão Municipal de Revisão de Projetos, de acordo com o n.º 2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:-  
- Levantamento e análise de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram analisados os levantamentos existentes e efetuada análises de campo;-----  
- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto;-----  
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----  
- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra;-----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros;-----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo.-----

**10.** O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 1.050.000,00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.5.1. 0102/07010307/0103/2016 I 11.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 05 de abril de 2017-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.<sup>a</sup> Amélia Cristina Rodrigues)-----

**Em anexo:**-----

- Projeto de Execução;-----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público;-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Plano de Segurança e Saúde;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

-----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar

da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco António

Chaves de Melo, tendo referido o seguinte: -----

1 - Esta intervenção é uma intervenção que correu mal, como prova o

conjunto de erros ou deficiências que, agora, se pretendem colmatar.

2 - De facto, há uma sujidade exagerada, nos dois pisos do edifício,

para além do facto do mesmo apresentar problemas biológicos e

ambientais complicados, resultantes da condensação existente. -----

3 - Este projeto irá obrigar à existência de um plano de manutenção

muito oneroso para a Autarquia. -----

4 - Há custos que não aparecem retratados na proposta, nomeadamente a

transferência dos direitos de autor relacionados com a conceção dos

projetos. -----

5 - O projeto, em apreciação, não consubstancia, exclusivamente, uma

ação de musealização, integrando o mesmo várias componentes. -----

6 - A solução à superfície, com a instalação de painéis solares, poderá

constituir, à partida, uma solução bastante pesada, para aquela zona

da cidade, até porque a mesma foi sempre livre, situação que irá ser

comprometida com a solução encontrada. -----

7 - A pala, com placas solares, não é, assim, do seu agrado. -----

Ainda à superfície, a colocação de mais bancos pode, também, não

constituir uma boa solução. -----

8 - A colocação, no exterior, de uma escultura/estátua também lhe

suscita algumas reservas. -----

9 - Sobre a musealização, registou o facto dos painéis se reportarem

a várias épocas. -----

10 - Esta solução, na criação de uma polifonia dos espaços temporais, retira importância própria da sua ambiência romana. -----

11 - A construção de 2 camarins, no museu, aponta para o desenvolvimento de espetáculos cénicos, no museu, podendo esta solução dar origem a mais encargos para a Autarquia. -----

12 - A solução "AVAC" apresentada não parece ser muito segura, tanto mais que a mesma não irá permitir a criação de condições do ar interior indispensáveis para o bom funcionamento do museu, podendo, ao invés, agravar a situação de produção de ruído ambiental, com todas as desvantagens daí emergentes. -----

13 - O poço do elevador, pode, também, trazer algumas complicações, criando-se, assim, uma nova pala na entrada da parte inferior do Museu.

14 - Em síntese: esta solução não irá resolver o problema associado à boa construção e funcionamento do museu. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Movimento Autárquico Independente, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Não é a pessoa tecnicamente indicada para discutir os aspectos técnicos do projeto, em apreciação. -----

2 - A colocação da pala tem sido uma indicação dos taxistas da cidade que têm, nessa zona, uma praça instalada. -----

3 - Tal estrutura não irá ficar, esteticamente, incorreta, podendo ter essa função reinvidicada pelo setor dos taxistas. -----

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito de Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Este projeto ainda não tem financiamento externo garantido, sendo certo que há outras obras, muito mais importantes e prioritárias, para os flavienses, tais como, a construção das piscinas municipais e a ligação da auto estrada A24 ao Hospital de Chaves. -----

2 - Enquanto não estiver garantido o financiamento comunitário, para esta obra, é sua convicção que há outras obras mais prioritárias que devem ser executadas. -----

3 - Seria possível a criação de mais aberturas, à superfície, tendo em vista melhorar as condições ambientais no interior do museu, sendo certo que sobre esta matéria deveriam ter sido elaborados estudos técnicos levados a cabo por entidades com competências comprovadas nessa área. -----

Em resposta às intervenções, acima, exaradas, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A execução deste projeto é fundamental para a boa preservação do Museu e para os vestígios arqueológicos, nele, existentes, conforme informação prestada, sobre a matéria, pelo Setor de Arqueologia da Autarquia. -----

2 - Por outro lado, não faria qualquer sentido que este projeto não fosse concluído, comprometendo o valor histórico do próprio Museu e o seu potencial turístico para o concelho. -----

3 - Os projetistas garantiram que a solução mecânica apresentada para a condensação, mediante a injeção de ar frio, irá permitir resolver a situação do Museu, nesta dimensão técnica, não sendo necessário o aumento da circulação passiva do ar. -----

4 - A colocação da estátua, no espaço exterior do Museu das Termas Romanas, caso não seja assegurada, pelo empreiteiro contratado, até ao próximo mês de junho, deverá ser materializada, diretamente, pelos serviços municipais, em vista à comemoração dos 150 anos da abolição da pena de morte. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria com o voto contra dos Vereadores do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco

António Chaves de Melo e Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo apresentado, a seguinte declaração de voto: -----

"O voto contra deve-se ao facto do presente projeto apresentar uma nova alteração da configuração da praça, com a colocação de painéis fotovoltaicos e a colocação de uma pala. -----

A solução para retirar a humidade terá custos incombustíveis com o uso do espaço." -----

Seguidamente, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, tendo apresentado, a seguinte declaração de voto: -----

"O voto contra deve-se ao facto de considerar que não é oportuno avançar com este investimento, sem ter o financiamento comunitário garantido. -----

São mais de um milhão e duzentos mil euros que vão sair dos cofres da Autarquia, quando há mais obras estruturantes da cidade, como seja, a construção das piscinas e a ligação rodoviária da A24 ao Hospital, as quais ficam comprometidas." -----

## **2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

### **2.1. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL - VILELA SECA E REMODELAÇÃO DE RESERVATORIO DE VILELA SECA - AUTO DE MEDIÇÃO N.3/DOP/2017 -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 11.209,85 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06 -----**

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €11.209,85 (onze mil duzentos e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

### **2.2. SANEAMENTO BÁSICO DE SANJURGE - VISTORIA COM VISTA À RECEÇÃO DEFINITIVA -----**

Foi presente a informação n.º 116/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

#### **I - Enquadramento-----**

1. O Município de Chaves abriu por anúncio publicado em Diário da Republica n.º 187, de 14 de Agosto de 2000, Concurso Público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada em epígrafe.-----

2. De harmonia com a deliberação camarária, tomada em reunião ordinária do dia 19 de Novembro de 2000, o Município de Chaves adjudicou à firma "SOCORPENA - Construções e Obras Públicas, Lda." a execução da referida empreitada.-----

3. O ato adjudicatário veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 12 de Março de 2001.-----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 51.159.430\$00, (Cinquenta e um milhões, cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta escudos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições:-----

- Tipo de Empreitada: Série de Preços;-----
- Prazo de execução da obra: 240 dias a contar da consignação dos trabalhos.-----

5. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 4 de Abril de 2001.-----

6. O Auto de Receção Provisória foi efetuado aos 21 dias do mês de Setembro de 2004.-----

7. O adjudicatário da obra, solicitou Receção Definitiva da Obra, através de ofício n.º 900 que deu entrada nos serviços do Município no dia 26 de Janeiro de 2016.-----

8. Foi efetuada uma primeira vistoria à obra, conjuntamente com o empreiteiro, na qual se verificaram algumas anomalias, como:-----

- Presença de água no coletor de saneamento;-----
- Caixas de visita partidas.-----

9. O adjudicatário efetuou, durante o mês de Janeiro de 2017 todas as anomalias verificadas, de modo a se poder receber a obra.-----

10. De acordo com o ponto n.º 1 do artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março, foi agendada nova vistoria para efeitos de Receção definitiva no dia 31 de Março de 2017.-----

11. Da realização do inquérito administrativo, legislado no artigo 223.º e 224.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, não foram apresentadas quaisquer reclamações.-----

## **II - Fundamentação**-----

Decorridos cinco anos da data da Receção Provisória, de acordo com o estipulado no artigo 227.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 2 de Março, foi efetuada uma vistoria à obra conjuntamente com os representantes do empreiteiro na qual se verificou não haver anomalias e que todos os trabalhos se encontram executados em conformidade.-----

## **III - Da Proposta**-----

Face ao exposto, sou a propor o seguinte:-----

- a) Que a presente proposta seja submetida a aprovação do Órgão Executivo na próxima Reunião de Câmara;-----
- b) Que de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 227.º do Decreto-lei n.º 59/99 de 2 de Março, dado que as obras não apresentam deficiências, seja efetuada a Receção Definitiva da Obra;-----
- c) Que caso a presente proposta venha a merecer aprovação, de acordo com o estipulado no n.º 1, artigo 229.º do Decreto-lei n.º 59/99 de 2 de Março, sejam extintas as garantias bancárias correspondentes a 10% do contrato inicial da empreitada.-----

Contrato	Tipo	Caução	
		<u>Escudos</u>	<u>Euros</u>
Contrato Inicial		5.115.943\$00	25.115,22€

	Seguro Caução n.º 07 80 303343, Axa Portugal, S.A. de 1 de Fevereiro de 2001		
--	--	--	--

À consideração superior.-----  
Divisão de Obras Públicas, 31 de Março de 2017-----  
O Técnico-----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira)-----

**Anexos:** Auto de Vistoria-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS Eng.ª AMÉLIA RODRIGUES, DE 2017.03.31.**-----

A presente informação/parecer, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

### **2.3. "SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES" - PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA** -----

Foi presente a informação nº 136/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

#### **I - Enquadramento**-----

Apresenta-se em anexo o processo de procedimento para a execução da obra "Saneamento Básico de Adães", cujo projeto foi elaborado pela Divisão de Obras Públicas e aprovado em reunião de executivo municipal no dia 9 de junho de 2016, com intuito de dar início ao procedimento tendente à sua adjudicação.-----

Com o projeto de execução em referência, pretende-se dotar a aldeia de Adães, da freguesia de Santa Leocádia, com rede de saneamento básico, com a construção de coletor de saneamento e a instalação de uma Estação de Tratamento de Águas.-----

#### **II - Da Proposta**-----

Face ao descrito propõe-se:-----

**1.** Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos;-----

**2.** Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Saneamento Básico de Adães"-----

**3.** Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 388.120.00 Euros, (Trezentos e oitenta e oito mil cento e vinte euros), acrescido do respetivo valor do IVA;-----

**4.** Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;-----

**5.** A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:--

- a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008;-----
- b) Programa de Procedimento;-----
- c) Caderno de Encargos;-----
- d) Plano de Segurança e Saúde;-----
- e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.
6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 180 dias.-----
7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos:-----
- Presidente: António Malheiro-----
- 1º Vogal efetivo: Amélia Rodrigues-----
- 2º Vogal efetivo: Fernanda Serra-----
- Suplentes:-----
- 1º Vogal suplente: Madalena Branco -----
- 2º Vogal suplente: José Figueiredo-----
8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P;-----
9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP.-----
- No entanto, dado tratar-se de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, sendo praticamente nulo o grau de imprevisibilidade, é dispensável a revisão de projeto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:-----
- Levantamento e análise de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram analisados os levantamentos existentes e efetuada análises de campo;-----
  - Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto;-----
  - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----
  - Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra;-----
  - Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros;-----
  - Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo.-----
10. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 388.120.00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.4.3. 0102/07010402 / 0302 / 2016 I 64.-----

À consideração Superior.-----  
 Divisão de Obras Públicas, 03 de abril de 2017-----  
 A Chefe de Divisão-----  
 (Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues)-----

**Em anexo:**-----

- Projeto de Execução;-----
- Modelo de Anúncio de Concurso Público;-----
- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Plano de Segurança e Saúde;-----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.4. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - RELATÓRIO FINAL** -----

Foi presente a informação nº 130/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento**-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, nº 19, de 26 de janeiro de 2017 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Ampliação da Rede de Saneamento e ETAR de Calvão".-----

**II - Fundamentação**-----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Construções 4 de Maio, Lda.," pelo valor de 398.152,50 € (Trezentos e noventa e oito mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita e nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido de adjudicação.-----

**III - Da Proposta em Sentido estrito**-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

1. Aprovação do relatório final da empreitada **"Ampliação da Rede de Saneamento e ETAR de Calvão"**;-----

2. A adjudicação da empreitada à empresa **"Construções 4 de Maio, Lda."**, pelo valor de **398.152,50 € (Trezentos e noventa e oito mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos)**, IVA não incluído, com um prazo de execução de **180 dias**, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal.-----

3. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o



adjudicatário. -----  
 À consideração superior-----  
 Divisão de Obras Públicas, 03 de abril de 2017. -----  
 A Chefe de Divisão-----  
 (Eng.<sup>a</sup> Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

**Em Anexo:** Relatório Final-----

**RELATÓRIO FINAL**-----

Aos 03 dias do mês de abril 2017, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Obras Públicas; -----

- 1.º Vogal: Vítor Joaquim Fernandes Pereira, Técnico Superior da Divisão de Obras Públicas; -----

- 2.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas, -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 24 de março procedeu-se á notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo-----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "**Ampliação da Rede de Saneamento e ETAR de Calvão**", e a adjudicação à empresa "**Construções 4 de Maio, Lda.,**" pelo valor de **398.152,50 €** (Trezentos e noventa e oito mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de **180 dias**, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri. -----

**O Júri**-----

O Presidente-----  
 (Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

Os Vogais-----  
 (Vítor Joaquim Fernandes Pereira) -----  
 (Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO**

VII  
EXPROPRIAÇÕES

VIII  
DIVISÃO DE AGUAS E RESIDUOS

IX  
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X  
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

**1.CONCURSO PÚBLICO N.º 1/SC/2017 – ELABORAÇÃO DE CADASTRO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CHAVES** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I – Preliminares**-----

1. No dia 5 do mês de abril do ano de dois mil dezassete, pelas 10 horas, no Gabinete do Diretor do Departamento de Coordenação Geral, reuniu o júri designado para o procedimento identificado em epígrafe, constituído pelos seguintes membros: -----

Presidente: Dr. Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

1º Membro efetivo: Eng.º José Carneiro, Chefe de Divisão de Águas e Resíduos; -----

2º Membro efetivo: Eng.º Carlos Delmar Fernandes, Técnico Superior. -

**II – Enquadramento**-----

1. A reunião teve por finalidade ponderar as observações apresentadas pelos concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia. -----

2. No passado dia dezassete de março de dois mil e dezassete, procedeu-se à notificação do teor do relatório preliminar elaborado pelo júri do procedimento, tendo-lhes sido concedido cinco dias para se pronunciarem sobre o mesmo. -----

3. Dentro do prazo concedido para o exercício do direito de participação na tomada de decisão – audiência prévia escrita –, através de requerimentos submetidos na plataforma Vortal nos dias 23/03/2017 (10h04), 24/03/2017 (15:11) e 24/03/2017 (16h32), vieram, respetivamente, as empresas concorrentes "VIAMAPA/ENGINDRO", "SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo Cartográfico, Lda" e "ECOREDE – Engenharia e Serviços, S.A./ Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA/ Prospectiva – Projetos, Serviços, Estudos, S.A.", no âmbito do procedimento adjudicatório identificado em epígrafe, a exercer, nos termos do disposto no artigo 123º, do CCP, o seu direito de pronúncia em sede de audiência prévia tendo como objeto o relatório preliminar de avaliação de propostas produzido pelo júri do retromencionado procedimento, o qual veio a manifestar a intenção de adjudicar o contrato a celebrar, de acordo com as condições negociais constantes da Proposta apresentada pela concorrente "Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A.";-----

4. O júri, responsável pela condução do presente procedimento, procedeu à análise das sugestões/observações apresentadas pelas

concorrentes "VIAMAPA/ENGINDRO", "SOCARTO - Sociedade de Levantamentos Topo-Cartográficos, Lda" e "ECOREDE - Engenharia e Serviços, S.A).---

### III - Da apreciação do mérito das alegações apresentadas-----

#### a) Dos argumentos apresentados pela Concorrente "VIAMAPA/ENGINDRO"-

Em termos gerais, a concorrente "VIAMAPA/ENGINDRO" veio alegar que a proposta da concorrente "Hidurbe" deveria ter sido excluída, pois não cumpre o disposto na alínea f), da cláusula 7ª, do Programa de Concurso;-----

1. Cumpre, pois, analisar as alegações apresentadas pela concorrente, identificada supra.-----

2. Alega a concorrente que a cláusula 7ª, do Programa de concurso, alínea f) refere, expressamente, o seguinte:-----

*"Lista de meios humanos que integram a equipa a afetar à prestação de serviços, organigrama com indicação nominativa de cada técnico a alocar à execução da mesma, respetiva função, categoria e vínculo à (s) empresa (s) concorrente (s), acompanhada das habilitações literárias e profissionais, e dos respetivos curriculum vitae de cada um dos técnicos"*-----

3. Neste contexto, a concorrente "Hidurbe", em face da lista de meios humanos, apresentada na sua proposta, omite claramente o vínculo contratual de cada meio afeto à equipa que compõe esta prestação de serviços, tal como não apresenta os documentos correspondentes às habilitações literárias e profissionais, conforme é exigido.-----

4. Ora, sendo estes critérios também avaliados na VT4 - Meios Humanos afetos, não se verifica respeitado, nesta justa medida, o número 1, do art. 70º, do CCP. -----

5. Tal como se devem considerar violadas as alínea b) do número 2, do Art.70º e a alínea c), do n.º 1, do art. 57º, ambos do CCP.-----

6. Razões pelas quais se deve determinar a exclusão da concorrente "Hidurbe"-----

7. Vejamos, pois, se assiste razão à empresa exponente.-----

8. A Firma Hidurbe, no capítulo "Lista de Meios Humanos que integram a equipa a afetar à prestação de serviços - Cláusula 7ª, alínea F) página 3 dispõe, expressamente, o seguinte, a saber:-----

*"Todos os técnicos a afetar à presente prestação pertencem, atualmente, ao quadro técnico da Hidurbe Serviços, sendo que todos têm como habilitação literária mínima o grau de licenciatura"*-----

9. Partindo desta premissa, rapidamente se conclui que a concorrente "Hidurbe" dá cumprimento, nesta parte, e contrariamente ao afirmado pela concorrente alegante/exponente, ao estipulado, no Programa de Concurso, no que concerne ao tipo de vínculo contratual. -----

10. Já no que concerne à, aparente, omissão dos documentos correspondentes às habilitações literárias e profissionais, cumpre referir, desde logo, que a alínea f), da cláusula 7ª, do Programa de Concurso, não exige certificados de habilitações literárias e profissionais, exigindo, antes, o curriculum vitae dos técnicos a afetar à prestação de serviços. -----

11. Ora, sobre esta matéria, a concorrente "Hidurbe" indica que *"Todos os técnicos a afetar à presente prestação de serviços pertencem, atualmente, ao quadro técnico da Hidurbe Serviços, sendo que todos têm como habilitação literária mínima o grau de licenciatura"*. -----

12. Sendo certo que em cada Curriculum Vitae consta a indicação do tipo de licenciatura e respetivas habilitações profissionais. -----

13. Partindo destes pressupostos, rápido se conclui que, contrariamente ao alegado pela concorrente exponente, a proposta em causa, dá cumprimento, nesta parte, ao Programa de Concurso, razão pela qual não se reconhece pertinência aos argumentos apresentados. -

14. Neste contexto, e tendo como base as razões acima explanadas, julga-se, assim, improcedente o argumentário produzido pela concorrente "VIAMAPA/ENGINDRO" e que pretendia justificar a exclusão da concorrente "Hidurbe". -----

**b)** Julgados improcedentes os argumentos apresentados pela concorrente, identificada supra, em sede de audiência prévia, não se reconhece, conseqüentemente, a esta última, mérito suficiente para alterar o sentido de adjudicação manifestado no relatório preliminar datado de catorze de março de dois e mil e dezassete. -----

**Dos argumentos apresentados pela concorrente "SOCARTO - Sociedade de Levantamentos Topo-Cartográficos, Lda"** -----

1. Em termos gerais, a concorrente "SOCARTO" vem alegar que não concorda com as razões invocadas, pelo júri, no âmbito do relatório preliminar produzido, no dia catorze de março de dois mil e dezassete, e que determinaram a sua exclusão do procedimento. -----

2. Para o efeito, alega o seguinte: -----

3. O júri inicia a exposição dos fundamentos que originaram a exclusão da SOCARTO, com o seguinte: -----

ANEXO I	
CADERNO DE ENCARGOS	SOCARTO
	EXCLUSÃO
O sistema de controle e gestão das infra-estruturas a fornecer deve basear-se num sistema de informação geográfico tendo um modelo de exploração com possibilidades de expansão, reabilitação, manutenção e consulta através de multiplicidade de plataformas (Desktop, Mobilidade e Web) Deverá assentar numa plataforma com uma Geodatabase e sobre uma base de dados SQL Server (existente) compatível com os sistemas SIG existentes (ArcGis Desktop e ArcGis Server da ESRI). O software de gestão deverá garantir modularidade, escalabilidade e abertura, ao nível da tecnologia e deverá funcionar em múltiplas plataformas nomeadamente desktop, mobilidade e web	A aplicação proposta é acedida via página da internet, sendo uma aplicação WEB não cumprido com o Caderno de Encargos onde é solicitada uma solução multiplataforma. Pretende-se uma aplicação Desktop (não dependente de internet para Edição/Modelação), Web para análise e divulgação e Mobilidade para aquisição, edição e análise de valvulas a fechar, com funcionamento on-line e off-line para captação de dados no terreno

4. A "SOCARTO", no ponto 3 "SOLUÇÃO SIG PARA GESTÃO DE CADASTRO", refere que: -----

"Solução Multiplataforma: Permitirá a implementação de uma solução de gestão de cadastro em várias plataformas, Desktop (Edição/Modelação), Mobilidade (Aquisição/Edição) e Web (Divulgação/Análise);" -----

Contudo, no capítulo em que a concorrente descreve a sua plataforma, é mencionado o seguinte: -----

"Permitir o acesso e operação multiutilizador aos SIG, via Web, por parte de outras entidades acreditadas a respetiva integração com sistemas de gestão operacional (Ex. CRM e ERP) e as aplicações de gestão de ocorrências (mediante necessidade da entidade);" -----

5. A SOCARTO no momento em que apresentou a solução não mencionou todas as plataformas desta. -----

6. Porém, no ponto 3 da sua proposta, a SOCARTO garante que a solução apresentada cumpre com todos os requisitos do Caderno de Encargos. --

7. Desta forma, estamos perante um erro de escrita. -----

8. Nestes casos a jurisprudência nacional, tem defendido a aplicabilidade do artigo 249.º, do Código Civil, norma que estatui, expressamente, o seguinte: -----

"Artigo 249.º -----

**Erro de cálculo ou de escrita**-----

"O simples erro de cálculo ou de escrita, revelado no próprio contexto da declaração ou através das circunstâncias em que a declaração é feita, apenas dá direito à rectificação desta." -----

9. Ora, a situação supra exposta subsume-se no previsto no corpo do Artigo 249.º do Código Civil pois, por um lado, estamos perante uma declaração. -----

10. De facto, conforme o n.º 1 do Artigo 56.º do Código dos Contratos Públicos, as propostas dos concorrentes assumem a natureza de declaração. -----

11. Por outro lado, o erro de escrita é revelado no próprio texto da declaração. -----

12. Com efeito, o erro de escrita é manifesto na proposta da SOCARTO, pois a concorrente inicia a sua proposta mencionado que a Solução SIG apresentada é multiplataforma, vinculando-se de forma clara ao exigido no Caderno de Encargos. -----

13. Porém, no momento em que descreve esta plataforma, não menciona as restantes plataformas. -----

14. Esta segunda referência é manifestamente um erro, pois, não se coaduna com o exigido em Caderno de Encargos e no ponto 3 da sua proposta. -----

15. Assim, perante este erro, e uma vez que se trata de um termo e condição do Caderno de Encargos e não um atributo da proposta, o júri do procedimento deveria, em nome do princípio da concorrência, ter solicitado esclarecimento relativamente à proposta da concorrente SOCARTO, tal como previsto no Artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos. -----

16. De facto, o júri do procedimento terá, necessariamente, que utilizar todos os institutos legais previstos no Código dos Contratos Públicos, para garantir uma mais ampla concorrência no procedimento pré contratual. -----

17. Como corolário do supra exposto, tome-se como exemplo o disposto no sumário do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de dia 06-12-2013, processo n.º 02363/12.6BELSB (PORTO): -----

"I. Tem-se como admissível que a entidade adjudicante proceda à correção ou consideração oficiosa de propostas de concorrentes admitindo a sanção de correções de pormenor ou a retificação de erros manifestos, de cálculo, de escrita ou outros constantes da proposta, nos termos do art. 249.º do CC, sem exigir para o efeito, quer o consentimento prévio, quer o assentimento posterior por parte dos respetivos concorrentes. -----

II. Se a proposta tem um «lapsus calami» ostensivo e se é absolutamente seguro o que, na vez do que aí se escreveu, se pretendia escrever, deve o júri aceitar a retificação da proposta à luz do princípio geral de direito acolhido no referido art. -----

249.º do Código Civil, abstendo-se de propor a exclusão dela, sem que isso viole os princípios da estabilidade das propostas ou da concorrência." -----

18. Importa salientar, no que respeita aos restantes fundamentos de exclusão da proposta da concorrente SOCARTO, que todos se encontram plasmados de forma clara na proposta da concorrente SOCARTO. -----

19. Assim, esta concorrente vincula-se de forma clara e inequívoca ao disposto no Caderno de Encargos, garantindo o seu integral cumprimento. -----

**Cumpra, agora, analisar as alegações apresentadas pela concorrente, identificada supra.** -----

20. Relativamente aos argumentos invocados pela concorrente/exponente, importa, desde logo, referir que nos Atributos da proposta da "SOCARTO", muito concretamente, no ponto 3, Solução SIG para Gestão de Cadastro, consta o seguinte, a saber: -----

"A SOCARTO irá subcontratar a empresa AMBISIG - Ambiente e Sistemas de Informação Geográfica, S.A., a qual possui valências e vasta experiência no desenvolvimento/fornecimento de soluções SIG para gestão das infraestruturas de saneamento de águas residuais, para entidades públicas. Destacando-se mais recentemente o concurso público para "Fornecimento de Plataforma WEBSIG de suporte à elaboração e gestão de cadastro das infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de abastecimento de água e saneamento de águas residuais" do Município de Miranda do Douro." -----

21. Por sua vez, no ponto 3.1.1. Principais Funcionalidades da Plataforma, é referido o seguinte: -----

"Permitir o acesso e operação multiutilizador aos SIG, via Web, por parte de outras entidades acreditadas a respetiva integração com sistemas de gestão operacional (Ex. CRM e ERP) e as aplicações de gestão de ocorrências (mediante necessidade da entidade);" -----

No ponto 3.1.1.1. FrontOffice de Acesso a Mapas, consta que o acesso ao SIGRedes é realizado através de uma página da Internet com endereço a definir, a partir da qual são disponibilizados um ou mais Webmaps de acordo com as permissões do perfil a que o utilizador pertence. -- Já no ponto 3.1.2 BackOffice Web de Configuração é dito que "para apoiar o administrador foram desenvolvidos vários add-ins para automatizar a tarefa de ligação da solução Web aos dados SIG existentes (ligação aos temas)", enquanto que, de acordo com o disposto no ponto 3.2.2 A solução será baseada em tecnologias atuais e evoluídas, suportando nomeadamente: -----

☐ Interface de utilização APP e Web; -----

22. Por último, no ponto 3.2.4. é referido o seguinte, a saber:

"A solução é totalmente baseada em plataforma Web, pelo que os clientes que irão aceder à aplicação só necessitam de um computador com acesso à Internet e pelo menos um dos seguintes browsers: -----

☐ Internet Explorer; -----

☐ Firefox; -----

☐ Google Chrome;" -----

23. Ora, o Caderno de Encargos é claro no que pretende, ou seja, o sistema de controle e gestão das infraestruturas a fornecer deve basear-se num sistema de informação geográfico tendo um modelo de exploração com possibilidades de expansão, reabilitação, manutenção e consulta através de multiplicidade de plataformas (Desktop, Mobilidade e Web), devendo assentar numa plataforma com uma Geodatabase e sobre uma base de dados SQL Server (existente) compatível com os sistemas SIG existentes (ArcGis Desktop e ArcGis Server da ESRI). -----

24. Por sua vez, o software de gestão deverá garantir modularidade, escalabilidade e abertura, ao nível da tecnologia e deverá funcionar em múltiplas plataformas nomeadamente desktop, mobilidade e web. ----

25. No que concerne à Solução Multiplataforma, deverá permitir a implementação de uma solução de gestão de cadastro em várias plataformas: -----

- Desktop (Edição/Modelação); -----

- Mobilidade (Aquisição/Edição); -----

- Web (Divulgação/Análise). -----

26. Como rapidamente se percebe, a solução pedida indica que a edição e Modelação deve ser feita em DESKTOP, enquanto que a solução proposta pela SOCARTO indica que é feita via WEB (ponto 3.1.1.1.). -----

27. Do mesmo modo indica que a administração é feita via WEB (ponto 3.1.2) -----

28. É preciso referir, ainda, que conforme consta do anexo I do Relatório Preliminar, a descrição da SOCARTO não contempla inúmeras características obrigatórias, não constando da proposta apresentada, de maneira afirmativa, que elas fazem parte da solução ou que serão desenvolvidas. -----

29. Já relativamente à aplicação de mobilidade, a proposta apresentada é omissa, só sendo referido no ponto 3.2.2 que a solução será baseada em tecnologias atuais e evoluídas, suportando nomeadamente: -----

□ Interface de utilização APP e Web; -----

30. Por outro lado, solicitava-se, no Caderno de Encargos, a possibilidade de consulta e captação de dados no terreno em modo on-line ou off-line através de tablets, para tratamento posterior de consolidação, bem como a criação dum projeto de levantamento de elementos de rede com caracterização autónoma para, depois, ser consolidada e, ainda, a possibilidade de Indicação de quais as válvulas de seccionamento que necessitam de ser fechadas para permitir a intervenção na rede (devendo tal funcionar na aplicação de mobilidade). -----

31. Conforme já tinha sido referido no anexo I, do Relatório Preliminar produzido pelo júri do procedimento, no dia catorze de março de dois mil e dezassete, muitas outras lacunas foram encontradas, o que afastou a necessidade de solicitar esclarecimentos à concorrente, dado que a aplicação, na sua génese, não obedecia ao Caderno de Encargos (Solução Multiplataforma - Desktop (Edição/Modelação), Mobilidade (Aquisição/Edição), Web (Divulgação/Análise)). -----

32. Razões, pelas quais, se deve afastar, desde logo, a tese invocada pela concorrente e consubstanciada na existência de um mero erro de escrita ou de cálculo, caindo, assim, por terra a possibilidade de sanar as omissões verificadas com uma simples retificação, como pretende a concorrente. -----

33. Tanto mais que a afirmação, diga-se, genérica, constante do ponto 3.1 Descrição da Proposta ("A SOCARTO propõe-se efetuar os serviços pretendidos pelo Município de Chaves contemplando todas as ações/tarefas a executar de acordo com as orientações e especificações das Cláusulas Especiais constantes do Caderno de Encargos"), em nada corresponde ao descritivo feito sobre a aplicação. -----

34. Assim, em coerência com as razões acima invocadas, e já vertidas no relatório preliminar, julgam-se improcedentes os argumentos apresentados pela concorrente "SOCARTO" em sede de audiência prévia, não se reconhecendo, conseqüentemente, a esta última, mérito suficiente para alterar o sentido de adjudicação manifestado no relatório preliminar datado de catorze de março de dois e mil e dezassete. -----

**c) Dos argumentos apresentados pela concorrente "ECOREDE - Engenharia e Serviços, S.A./ Municípiã - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA/ Prospectiva - Projetos, Serviços, Estudos, S.A." -----**

1. Em termos gerais, a concorrente, identificada supra, vem alegar que não concorda com as razões invocadas pelo júri, no âmbito do relatório preliminar produzido no dia catorze de março de dois mil e dezassete, e que determinaram a sua exclusão do procedimento. -----

2. Para o efeito, alega o seguinte: -----

"1.º-----

As Requerentes não se conformam com a decisão de que foram objecto, de exclusão do procedimento. -----

2.º-----  
Fundamentou o Exmo. Júri do Concurso a sua deliberação com os seguintes argumentos: "A não apresentação de proposta para formação na aplicação de software SIG e condicionar a sua proposta a determinadas quantidades dos acessórios de rede (Elevatórias, depósitos, etar's, etc) contrariando o Caderno de Encargos onde se especifica somente o comportamento máximo de tubagem a levantar não se considerando nenhum limite para o número de acessórios e apoio técnico". -----

3.º-----  
Ora, com o devido respeito, a deliberação tomada pelo Exmo. Júri, por um lado, não tomou em conta a totalidade da documentação que constitui a proposta das Requerentes e por outro lado, não a interpretou devidamente. -----

4.º-----  
COM EFEITO -----  
No que respeita à formação no software SIG cumpre referir que a cláusula 9ª do Programa de Concurso não exige que a proposta seja constituída por um plano de formação específico pelo que, desde logo, inexistiria qualquer fundamento para exclusão da proposta das requerentes pela alegada falta de tal plano de formação. -----

5.º-----  
No entanto, e sabendo da relevância da formação relativamente ao referido software as Requerentes declararam, expressamente, na sua proposta que a dita formação está incluída na sua proposta de serviços a prestar. -----

6.º -----  
SENÃO VEJAMOS -----

As Requerentes incluíram na sua proposta várias referências à formação no software SIG, i) no documento da proposta referente à Alínea e) da Cláusula 7.ª do Programa de Concurso; ii) no cronograma de trabalhos e plano de trabalhos e iii) na Nota justificativa do Preço: -----

i) Documento da proposta referente à Alínea e) da Cláusula 7.ª do Programa de Concurso-----  
7.º-----

A formação está enquadrada na prestação de serviços e é mencionada na Alínea a) (Reconhecimento prévio das redes a levantar (pre-survey)) no número 5.1 (Fase 1 – Arranque dos Trabalhos), correspondente à página 45 do documento referente à Alínea e) da Cláusula 7.ª do Programa de Concurso, em que pode ler-se "Ação de sensibilização/formação das equipas de campo e gabinete, incluindo as equipas do Município de Chaves, para que todos os intervenientes estejam inteirados com o âmbito e objetivos do projeto, devidamente coordenados e conhecedores dos métodos e metodologias que irão ser implementadas ao longo de todas as Fases de trabalho".-----

8.º-----  
Resulta assim da proposta que esta se refere, não só, ao software como em todas as atividades. -----

9.º-----  
Acresce ainda que, no último parágrafo da alínea 4.2.7 (Capital Improvement Planning) da Parte 3 – Configuração e Implementação do Sistema SIG de gestão correspondente à página 116 do documento referente à Alínea e) da Cláusula 7.ª do Programa de Concurso pode ler-se, "No entanto como ferramenta do produto InfraSIG Desktop está



considerado na atividade de formação o treinamento na utilização desta funcionalidade pelos recursos da Câmara Municipal de Chaves”.

ii) Cronograma de trabalhos e plano de trabalhos-----

10.º-----

No cronograma de trabalhos e plano de trabalhos estão previstos dois momentos de formação:-----

11.º-----

Um aquando do fornecimento do software: -----

Task Name	Dias	Work	Duration	Start
fornecimento de	266 days	261,75	190 days	Fri 07-
instalação	7 days	4,88	5 days	Fri 07-
formação	7 days	4,88	5 days	Fri 14-
apoio tecnico e	252 days	252 days	180 days	Fri 21-

12.º-----

Outra aquando da integração dos dados finais, com objetivo de permitir apreender a utilização e manutenção dos dados, o que, necessariamente, só pode ocorrer com o software já instalado.

Task Name	Dias	Work	Duration	Start	Finish
Entrega final dados - Fase	69 days	150,64	49 days	Wed 14-	Tue 22-
Preparação entrega Final	5 days	6,67	3 days	Wed 26-	Mon 31-
Elaboração memória	4 days	9,33	4 days	Mon 31-	Fri 04-
Preparação de todos os	4 days	7,33	2 days	Fri 04-	Tue 08-
Entrega Final - integração	7 days	13 days	5 days	Tue 08-	Tue 15-
Introdução do Manual de	14 days	53,56	10 days	Wed 14-	Wed 28-
Entrega provisória do	0 days	0 days	0 days	Wed 28-	Wed 28-
Validação do Manual	21 days	21 days	15 days	Wed 28-	Wed 19-
correção de contributos	14 days	28 days	10 days	Wed 19-	Wed 02-
Apresentação do Manual ao	5 days	6 days	3 days	Wed 02-	Mon 07-
Formação dos tecnicos do	3 days	5,75	3 days	Mon 07-	Thu 10-
Aceitação final e	0 days	0 days	0 days	Tue 22-	Tue 22-

iii) Nota justificativa do Preço

13.º-----

Por último, na alínea j) do subtítulo "Os preços apresentados inclui as seguintes rubricas" do número 2 (Base Orçamental) correspondente à pagina 3 documento referente à Alínea h) do Cláusula 7.ª do Programa de Concurso (Nota Justificativa do Preço Proposto) pode ler-se, "Todos inerentes à instalação, suporte e formação da solução SIG de Gestão nas instalações do cliente". -----

14.º-----

Desta foram, dúvidas não restam que inexistente motivo para a decisão do Exmo. Júri de excluir a proposta das Requerentes. -----

15.º-----

Também no que concerne ao alegado condicionamento de quantidades, carece a deliberação do Exmo. Júri de acerto, como de seguida se demonstrará. -----

16.º-----

DE FACTO -----

Na página 34 do documento referente à Alínea e) da Cláusula 7.ª do Programa de Concurso, pode ler-se "Os trabalhos realizar-se-ão em todo o Município e compreendem as seguintes quantidades previstas de redes". -----

17.º-----

Na referida página 34 foi ainda apresentada a seguinte tabela: -----

18.º-----

De tal tabela constam as quantidades retiradas das peças do concurso (vide página 7 do Caderno de Encargos - Cláusulas Especiais - Levantamento e Aplicação de Gestão): -----

DESIGNAÇÃOUNIDADE QUANTIDADE

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS EM BAIXA	
- Rede de distribuição	750,00

REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	
- Rede de coletores	450,00

TOTAL	KM	1
-------	----	---

200,00

19.º -----

Ou seja, dada a transcrição integral dos dados constantes das peças do procedimento passando a integrar a proposta das Requerentes, sempre esta cumpriria, sem quaisquer reparos, o exigido no Caderno de Encargos, pelo que, uma vez mais inexistente fundamento para a exclusão da proposta das Requerentes-----

20.º-----

Acresce que, face à omissão nas peças do procedimento, de quantidades das restantes instalações da infraestrutura, as Requerentes recorreram à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) mediante pesquisa no seu sítio online (<http://www.ersar.pt/pt/consumidor/qualidade-dos-servicos/pesquisa-por-entidade>). -----

21.º-----

Nessa conformidade, e atendendo a que os dados disponíveis no sítio electrónico da ERSAR são alimentados pelos Municípios, incluindo o de Chaves, foi elaborado o seguinte mapa de quantidades: -----

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BAIXA			
- Alojamentos servidos	N.º	16	100
			100
<u>TOTAL</u>			
REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BAIXA (INFRAESTRUTURAS)			
- Captações de água superficial	N.º	1	1%
- Captações de água subterrânea	N.º	58	36%
- Estações de tratamento	N.º	5	3%
- Outras instalações de tratamento	N.º	34	21%
- Estações elevatórias	N.º	1	1%
- Reservatórios	N.º	64	39%
			100
<u>TOTAL</u>			
REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS			
- Câmaras de visita	N.º	11	42%
- Alojamentos servidos	N.º	15	58%
			100
<u>TOTAL</u>			

REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (INFRAESTRUTURAS)			
- Estações de tratamento	N.º	40	48%
- Fossas sépticas coletivas	N.º	4	5%
- Estações elevatórias	N.º	21	25%
- Emissários submarinos	N.º	0	0%
- Índice de medição de caudais (em 100)	N.º	19	23%
TOTAL	N.º	84	100

22.º-----

Para melhor se poder comprovar o que acima ficou dito, em anexo seguem os documentos disponibilizados pela ERSAR utilizados para encontrar os valores estimados na tabela supra. -----

23.º-----

Reitera-se que, a informação apresentada pela Entidade Gestora, terá necessariamente como origem/fonte o Município de Chaves. -----

24.º-----

Esclarece-se ainda que, a proposta das Requerentes tem carácter de valor global, e não de série de preços, regime o qual, aliás, já não vigora no Código dos Contratos Públicos. -----

25.º-----

Outra interpretação não poderia ocorrer, porquanto, face o carácter de valor global da proposta que, obrigatoriamente se refere a toda a rede, serão prestados serviços em todo o Município. -----

26.º-----

A referida estimativa constante da tabela supra, dado o contexto já enunciado, não configura qualquer restrição ou condicionante da proposta apresentada pelas Requerentes. -----

27.º-----

Reafirma-se assim que o preço apresentado, (valor global), se refere a todo o Município, sem qualquer restrição ou condicionante, em total acordo com o prescrito nas peças do procedimento. -----

28.º-----

Em conclusão, e sempre salvo o devido respeito, errou o Exmo. Júri ao deliberar pela exclusão da proposta das Requerentes." -----

**Cumpra, agora, analisar as alegações apresentadas pela concorrente, identificada supra.** -----

1. Relativamente à questão referente à formação no software SIG, cumpre, desde já, dar razão à concorrente, uma vez que, de facto, tal formação encontra-se devidamente contemplada no cronograma de trabalhos constante da proposta apresentada. -----

2. Já no que concerne às quantidades a executar, importa, desde logo, referir que no Caderno de Encargos é indicado o seguinte: -----

"LEVANTAMENTO: -----

Rede de Abastecimento de Água-----

- Levantamento cadastral e estado de conservação de captações, estações de tratamento de água, reservatórios, estações elevatórias, conduta adutora, redes de distribuição, ramais, contadores e todos os outros órgãos da rede de abastecimento de água que inclui a verificação do levantamento existente e o levantamento de novos sistemas ou amplificação de redes; -----

- Localização e Georeferênciação das condutas e ramais de abastecimento de água; -----

- Levantamentos topográficos e nivelamentos das captações, estações de tratamento, reservatórios, estações elevatórias, caixas de quebra com indicação de cotas de soleira com levantamento das características construtivas, acessórios existentes, válvulas, bocas-de-incêndio, válvulas de ramal, ventosas, marcos de água, redutores de pressão e descargas e levantamento das características de todos os equipamentos e estado de conservação-----

*Redes de Águas Residuais-----*

- Levantamento cadastral e estado de conservação de redes de águas residuais, emissários/intercetedores, estações elevatórias, instalações de tratamento, emissários, ramais, caixas de visita e todos os outros órgãos das redes de águas residuais que inclui a verificação do levantamento existente e o levantamento de novos sistemas ou redes; -

- Levantamento topográfico e nivelamentos de estações elevatórias, instalações de tratamento, caixas de visita, ramais domiciliários e todos os outros órgãos das redes de águas residuais incluindo inspeção do interior das câmaras de visita e de ramal para registo das suas características e para aferição do traçado das redes, com possibilidade de recurso à utilização de traçadores ou outros meios, para confirmação das interligações entre câmaras; -----

- Levantamentos topográfico das estações elevatórias, ETAR's com levantamento das características de todos os equipamentos e estado de conservação" -----

E-----

"O âmbito geográfico do presente Caderno de Encargos é o dos limites administrativos do concelho de Chaves. -----

A quantidade estimada a cadastrar no âmbito da presente prestação de serviços é a que se apresenta no quadro seguinte: -----

Rede	Quantidade (km)
Abastecimento de Água	750
Drenagem de Águas Residuais	450
TOTAL	1200

3. Ou seja, em nenhum lado são referidos os dados do ERSAR no concurso. -----

4. Sendo certo que os dados utilizados pela concorrente representam os dados enviados ao ERSAR e relativos a 2015, com um erro referente às Câmaras de Visita. -----

5. Como é evidente, o que se pretende com o presente concurso é o levantamento integral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais em todo o Concelho e não somente os relativos ao que foi enviado em 2015 ao ERSAR. -----

6. Ora, a concorrente alegante, ao estabelecer que os trabalhos realizar-se-ão em todo o Município e compreendem as quantidades previstas na tabela transcrita infra, condicionou a sua proposta a tais quantidades, tanto mais que refere, expressamente, "em todo o Município", contrariando, nesta justa medida, o Caderno de Encargos onde se especifica somente o comprimento máximo de tubagem a levantar não se considerando nenhum limite para o número de acessórios. -----

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BAIXA			
- Alojamentos servidos	N.º	16 801	100%

TOTAL		16	100%
REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BAIXA (INFRAESTRUTURAS)			
- Captações de água superficial	N.º	1	1%
- Captações de água subterrânea	N.º	58	36%
- Estações de tratamento	N.º	5	3%
- Outras instalações de tratamento	N.º	34	21%
- Estações elevatórias	N.º	1	1%
- Reservatórios	N.º	64	39%
TOTAL			100%
REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS			
- Câmaras de visita	N.º	11 250	42%
- Alojamentos servidos	N.º	15 858	58%
TOTAL		27	100%
REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (INFRAESTRUTURAS)			
- Estações de tratamento	N.º	40	48%
- Fossas sépticas coletivas	N.º	4	5%
- Estações elevatórias	N.º	21	25%
- Emissários submarinos	N.º	0	0%
- Índice de medição de caudais (em 100)	N.º	19	23%
TOTAL	N.º	84	100%

7. Neste contexto, julgamos que se deverá manter a decisão de exclusão da concorrente, identificada em epígrafe. -----

#### IV - Da proposta -----

Neste contexto, partindo das razões de facto e de direito acima exaradas, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

a) Julgar improcedentes as alegações apresentadas pela concorrente "VIAMAPA/ENGINDRO", não sendo as mesmas suscetíveis de alterar o sentido de adjudicação perfilhado no relatório preliminar; -----

b) Julgar improcedentes as alegações apresentadas pela concorrente "SOCARTO - Sociedade de Levantamentos Topo Cartográfico, Lda", não sendo as mesmas suscetíveis de alterar o sentido de adjudicação perfilhado no relatório -----

c) Julgar parcialmente procedentes as alegações apresentadas pela concorrente "ECOREDE - Engenharia e Serviços, S.A./ Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA/ Prospectiva - Projetos, Serviços, Estudos, S.A.", na parte relativa à ausência de previsão de formação no software SIG, jugando-se, contudo, improcedentes as restantes alegações e, nesta justa medida, mantendo-se a decisão, agora definitiva, de exclusão de tal concorrente; -----

d) Tornar definitivo o relatório preliminar, oportunamente, elaborado, datado do pretérito dia catorze de março de dois mil e dezassete e devidamente notificado os interessados; -----

e) Neste contexto, propor, à Câmara Municipal de Chaves, a adjudicação, nos termos do disposto no nº1 do artigo 73º do Código dos Contratos Públicos, à concorrente "HIDURBE - Gestão de Resíduos,

S.A.", pelo preço global de 330 000,00€ (trezentos e trinta mil euros) nos termos da proposta apresentada; -----

f) Caso a adjudicação venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, e nos termos do disposto no artigo 81º do citado Código, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para este apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente procedimento; -----

g) Para o efeito, dever-se-á proceder à notificação da decisão que vier a ser praticada, a todos os concorrentes, nos termos previsto no CCP e no CPA. -----

h) Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório final, o qual vai ser assinado pelos membros do júri-----

O júri-----

(Marcelo Delgado, Dr.) -----

(José Carneiro, Eng.º) -----

(Carlos Fernandes, Eng.º) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. ----

## XI

### ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

#### 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 2. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

**2.1. CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE INSTALAÇÃO E DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO, COM ÁREA DE ESPLANADA, NO JARDIM CÂNDIDO SOTTO MAYOR, UNIÃO DE FREGUESIAS DA MADALENA E DE SAMAIÕES, CHAVES. -----**  
**INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº67/DSCH/2017 - CHEFE DE DIVISÃO: ANTÓNIO J. P. MALHEIRO RODRIGUES DE 06/04/2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Enquadramento**-----

1. Considerando que o Jardim Cândido Sotto Mayor, sito na União de Freguesias da Madalena e de Samaiões, Chaves, integra o domínio privativo do Município de Chaves, prédio este ainda omisso na Conservatória competente, encontrando-se aberto ao público; -----

2. Considerando que se torna necessário dinamizar o Jardim acima referido, munindo-o de condições que permitam que o mesmo se torne num espaço privilegiado de lazer e convívio para crianças e adultos, justificando-se, nesta justa medida, a instalação, no referido espaço, de um quiosque de apoio ao mesmo, e no qual se prestem serviços de bebidas; -----

3. Considerando que, nos termos do caderno de encargos em anexo à presente proposta, o eventual adjudicatário assumirá a responsabilidade pela execução e implementação um estabelecimento de bebidas com carácter não sedentário, com área de esplanada, no local identificado supra, ficando ainda sujeito ao pagamento das taxas aplicáveis; -----

4. Considerando que os serviços que se pretendem adjudicar não revestem a natureza de serviços públicos, pelo que, atento ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e ulteriores alterações, compete à Câmara Municipal aprovar a adjudicação dos mesmos, fixando as respetivas condições gerais; -----

5. Considerando que, nos termos do artigo 6.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a parte II do mesmo Código só é aplicável quando o objeto de tais contratos abranja prestações típicas de contratos de concessão de serviços públicos; -----

6. Considerando que a parte II do retrocitado Código, sob a epígrafe "Contratação Pública", regula os procedimentos a adotar para a formação dos contratos, determinando no n.º 1 do seu artigo 31.º como procedimentos privilegiados para a formação de contratos de concessão de serviços públicos, o concurso público, o concurso limitado por prévia qualificação ou o procedimento por negociação; -----

7. Considerando, contudo, que a adjudicação do direito de instalação e exploração do estabelecimento de bebidas com caráter não sedentário, com área de esplanada, a instalar no Jardim Cândido Sotto Mayor, na cidade de Chaves, deverá ser precedido de procedimento que garanta o cumprimento dos princípios da igualdade, transparência e da concorrência, na formação do respetivo contrato, gerando iguais oportunidades para todos os eventuais interessados; -----

8. Considerando, assim, que a adjudicação do direito de instalação e exploração do estabelecimento de bebidas, com caráter não sedentário, com área de esplanada, a instalar no Jardim Cândido Sotto Mayor, na cidade de Chaves, apesar de não estar abrangido pelas regras previstas na parte II do Código dos Contratos Públicos, deverá ser precedido de concurso público, aplicando-se, subsidiariamente, a tal procedimento, as regras constantes na parte II, do Código dos Contratos Públicos, em tudo o que não contrarie o disposto no programa de concurso e no caderno de encargos em anexo.-----

## **II - Da proposta** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia de atuação: -----

**a)** Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove a abertura do procedimento - concurso público - para a atribuição do direito de instalação e exploração de um estabelecimento de bebidas, com caráter não sedentário, com área de esplanada, no Jardim Cândido Sotto Mayor, União de Freguesias da Madalena e de Samaiões, na cidade de Chaves, local melhor identificado na planta de localização em anexo, conforme condições de adjudicação constantes em anexo à presente informação -

**Caderno de Encargos;**-----

**b)** Sequencialmente, que sejam aprovadas as peças do correspondente procedimento concursal, muito concretamente, o programa de procedimento e o caderno de encargos, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais;-----

**c)** Simultaneamente, que seja designado o júri responsável pela liderança e coordenação do procedimento, acima referido, com a seguinte constituição: -----

**Presidente:** Dr. Marcelo Delgado; -----

**1.º Vogal efetivo:** Arq.º António Malheiro; -----

**2.º Vogal efetivo:** Dr. Marcos Barroco. -----

**Vogais suplentes:** -----

- Eng.º João Geraldês; -----

- Dr.<sup>a</sup> Sandra Lisboa. -----  
 Na ausência ou impedimento do presidente, o mesmo será substituído pelo primeiro vogal efetivo; -----

**d)** Por último, caso a presente proposta venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, por parte do órgão executivo municipal, dever-se-á promover a sua publicação mediante a afixação de editais nos lugares de estilo, bem como em jornal local e no sítio oficial do Município de Chaves, de acordo com o disposto no artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e ulteriores alterações.----

À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-04-06** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-04-06** -----

À próxima reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2.2. AQUISIÇÃO DE UM EDIFÍCIO LOCALIZADO EM AGRELA, FREGUESIA DE ERVEDO, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º. 47/GAP/2017** -----

O presente assunto foi retirado da ordem de trabalhos, tendo ficado decidido que o mesmo deverá baixar aos serviços municipais, para uma melhor análise técnica, devendo ser agendado, para uma próxima reunião do órgão executivo municipal. -----

## **XII DIVERSOS**

### **1. CANDIDATURA - CRIAÇÃO DE 1 EQUIPA DE SAPADORES FLORESTAIS - INFORMAÇÃO N.º. 04/GTF/2017** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. Enquadramento-----

Nos espaços florestais, previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI), é obrigatório, que a entidade responsável pela rede viária providencie, a gestão do combustível, numa faixa lateral de terreno confinante, numa largura não inferior a 10 m (ponto 1 do artigo 15.º do Decreto-lei n.º 124/06 de 28 de Junho). -----

O PROF do Barroso e Padrela a constituição, no concelho de Chaves, de mais 3 equipas de Sapadores Florestais (C.2

**RESPONSABILIZAÇÃO/CONSTITUIÇÃO DE BRIGADAS DE SAPADORES FLORESTAIS - PROF - FASE II - POPOSTA PLANO - DEZEMBRO DE 2005).**-----

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Chaves, projectou para a área de intervenção da Equipa de Sapadores, freguesia de São Vicente da Raia e Sanfins, uma intervenção de 844,34 ha (17,25 % do território) o que demonstra a necessidade urgente de medidas preventivas. As faixas de gestão de combustíveis distribuem-se da seguinte forma:-----



- FGC - Aglomerados envolventes aos aglomerados de Aveleda, Parada e Segirei com uma área de 38,68 ha.-----
- FGC- Parques envolventes à praia fluvial de Segirei com uma área de 5.10 ha.-----
- FGC Rede Secundária adjacente às estradas e caminhos Municipais com uma área de 26,15 ha;-----
- FGC - Rede Primária com uma intervenção de 393,09 ha;-----
- FGC - Rede Terciária com uma intervenção de 360,56 ha;-----
- FGC - Rede Eléctrica com uma intervenção de 20,75 ha;-----

Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, foi publicado o Despacho n.º 2434-B/2017, de 21 de março que determina a abertura de concurso para a constituição de 20 equipas de sapadores florestais no território do continente sendo o Período de candidatura de 21/03/2017 a 04/04/2017.-----

Dos documentos a submeter com a candidatura destaca-se a deliberação por parte do órgão da intenção de constituição da equipa de sapadores florestais.-----

## **2- Justificação-----**

Tendo em consideração as linhas de actuação prioritárias definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, os objectivos/metast constantes no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a indicação do Plano Regional do Barroso e Padrela (refere que no concelho de chaves devem formar-se mais 3 equipas);- Considerando que a equipa de Sapador será constituída por 5 elementos devidamente formados.-----

Tendo em consideração o equipamento fornecido à equipa em regime de comodato pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.----- Considerando que através da celebração de protocolo, com o ICNF o estado irá apoiar as áreas da formação, do equipamento e ainda do funcionamento, quando haja lugar a contratação de pessoal, num apoio anual de 40000 euros e o remanescente terá de ser suportado pelo Município de Chaves.-----

Em termos orçamentais a equipa devidamente equipada terá um custo anual, a rondar os 64000 para o primeiro ano e de 72115 para o último ano, de acordo com o quadro orçamental.-----

Quadro 1 - Orçamento-----

ORÇAMENTO - EQUIPA DE SAPADORES FLORESTAIS																					
Despesas/Descrição	Quantidades	Custos 2017				Custos 2018				Custos 2019				Custos 2020				Custos 2021			
		Encargos referências 2017	Inflação (0%)	N.º Mensalidades	Total	Encargos referências 2017	Inflação (3%)	N.º Mensalidades	Total	Encargos referências 2018	Inflação (3%)	N.º Mensalidades	Total	Encargos referências 2019	Inflação (3%)	N.º Mensalidades	Total	Encargos referências 2017	Inflação (3%)	N.º Mensalidades	Total
Diesel	120	1,28	1,000	12	1841,76	1,28	1,030	12	1897,01	1,32	1,030	12	1953,92	1,36	1,030	12	2012,54	1,40	1,030	12	2072,92
Gasolina	200	1,50	1,000	12	3592,80	1,50	1,030	12	3700,58	1,54	1,030	12	3811,60	1,59	1,030	12	3925,95	1,64	1,030	12	4043,73
Seguros - recursos humanos	5	95,00	1,000	12	5700,00	95,00	1,030	12	5871,00	97,85	1,030	12	6047,13	100,79	1,030	12	6228,54	103,81	1,030	12	6415,40
Salário - recursos humanos	5	557,00	1,000	14	38990,00	557,00	1,030	14	40159,70	573,71	1,030	14	41364,49	590,92	1,030	14	42605,43	608,65	1,030	14	43883,59
Segurança social - recursos humanos	5	132,29	1,000	14	9260,13	132,29	1,030	14	9537,93	136,26	1,030	14	9824,07	140,34	1,030	14	10118,79	144,55	1,030	14	10422,35
Subsídio de alimentação - recursos humanos	5	4,52	1,000	11	248,60	4,52	1,030	11	256,06	4,66	1,030	11	263,74	4,80	1,030	11	271,65	4,94	1,030	11	279,80
Reparação de Máquinas e peças de Desgaste	1	370,00	1,000	12	4440,00	370,00	1,030	12	4573,20	381,10	1,030	12	4710,40	392,53	1,030	12	4851,71	404,31	1,030	12	4997,26
Custo total anual da ESF					64073,29	65995,48				67975,35				70014,61				72115,05			
Receitas anuais provenientes do ICNF da ESF					40000,00	40000,00				40000,00				40000,00				40000,00			
Encargos anuais a suportar pelo Município da ESF					24073,29	25995,48				27975,35				30014,61				32115,05			

Considerando que a equipa de sapadores além da execução das faixas de gestão de combustíveis terá capacidade técnica para utilizar a técnica de fogo controlado;-----

Tendo em consideração que a equipa, irá efetuar ações de vigilância, 1.ª Intervenção, apoio ao combate, rescaldo e vigilância pós-fogo;---

Tendo em consideração que o encargo anual do Município, com esta equipa é compatível com a sua capacidade financeira;-----

Tendo em consideração o profissionalismo deste tipo de equipa, reconhecido a nível nacional;-----

Considerando as intervenções operadas pelo Município em prol da defesa da floresta contra incêndios e das responsabilidades do Município em executar as Faixas de Gestão de Combustíveis, adjacentes às estradas Municipais, a equipa terá o perfil adequado para essas funções e para aumentar a defesa da floresta contra incêndios do concelho.-----

### 3 - Proposta em Sentido Estrito-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:----

a) Que a presente candidatura seja aprovada pelo órgão competente.- À consideração Superior-----

Chaves, 03 de Abril de 2017-----

O Técnico Superior-----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

Memória descritiva da candidatura-----

**DESPACHO DO PRESIDENTE ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA em 2017.04.03** -----

À reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2. CHAVES EM LINHA - PROMOÇÃO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS" CANDIDATURA NORTE-09-0550-FEDER-000061 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) -ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº25/DSC/2017 DA DRA. ANDREIA GERALDES DE 03.04.2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

1.1. Ao abrigo do AVISO Nº NORTE-50-2016-12 - "Promoção das TIC na administração e Serviços Públicos", o Município de Chaves apresentou, no dia 3 de janeiro de 2017, uma candidatura designada "CHAVES EM LINHA - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos", operação esta integrada no "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega". -----

1.2. Após competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte dos serviços técnicos da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT), a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada ao Município de Chaves no dia 14 de março de 2017, através de mensagem de correio eletrónico. Com a referida comunicação foi rececionada conjuntamente a minuta do Termo de Aceitação a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação/proposta. -----

**2. DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO CANDIDATADA -----**

2.1. A operação "CHAVES EM LINHA - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos", visa reorganizar e capacitar os serviços municipais, bem como dar apoio às juntas de freguesia e estabelecimentos escolares do concelho de Chaves, através de apoio presencial na utilização de novas soluções na área das TIC para a administração em linha, assentando na disponibilização de serviços públicos em linha, disponibilização de formulários na internet (possibilitando o preenchimento e submissão), mobilidade, digitalização documental, modelos descentralizados de atendimento e melhoria da eficiência de processos, contemplando as seguintes ações: Ação 1 - Reorganização e Capacitação dos serviços e centros de dados para computação em linha - através da qual se pretende modernizar, reorganizar e capacitar os serviços e o centro de dados do Município de Chaves, com aquisição, implementação, e prestação de serviços, infraestruturas e equipamentos de centros de dados e computação em linha, incluindo os custos diretamente atribuíveis para os colocar na respetiva localização e nas condições necessárias ao seu correto funcionamento, visando inclusive a tolerância a falhas e alta disponibilidade. Concomitantemente, pretende-se ainda promover a mobilidade dos serviços (com adoção de soluções energeticamente mais sustentáveis), reduzir custos administrativos e minorar a pegada de carbono das atividades e reforço das TIC, enquanto ferramenta privilegiada de integração, articulação e disponibilização de informação em formato digital. -----

Ação 2 - Desmaterialização, automatização e Interoperabilidade dos serviços municipais - através da qual se pretende dar continuidade ao processo de desmaterialização a decorrer neste município desde 2008, alargando-o aos restantes serviços municipais, tornando a autarquia mais eficiente. Pretende-se ainda disponibilizar formulários na

internet e serviços públicos on-line, com recursos a computação na nuvem, completamente desmaterializados, com maior flexibilidade, potenciando os vários canais de atendimento (Web, presencial e telefónico). -----

Ação 3 - Veículo automóvel elétrico a utilizar nos serviços itinerantes - através da qual se pretende a aquisição e adaptação de um veículo ecologicamente sustentável, para deslocações a utilizar nos serviços itinerantes a prestar às juntas de freguesia e estabelecimentos escolares. -----

Ação 4 - Promoção e Divulgação dos serviços digitais "CHAVES EM LINHA" - através da qual se pretende a aquisição de serviços de conceção e material promocional (merchandising) de suporte à promoção e divulgação da operação. O principal objetivo é informar os beneficiários finais e a opinião pública, em geral, sobre o papel desempenhado pelo projeto "CHAVES EM LINHA", pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e pelo Estado Português, no âmbito do NORTE 2020, nos projetos cofinanciados e nos respetivos impactos e resultados. -----

Ação 5 - Obras de adaptação de edifício para atendimento descentralizado - através da qual se pretende adaptar e melhorar a acessibilidade ao edifício do Balcão de Atendimento do município, justificada pela promoção da acessibilidade, que constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa. -----

2.2. Assim, a referida candidatura apresentou como objetivos principais, os seguidamente elencados: -----

- Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, de forma a aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais, com a disponibilização de serviços On-Line com recurso à utilização do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital; -----
  - Permitir que os cidadãos e empresas acedam à informação via dispositivos móveis; -----
  - Disponibilização de informação quando e onde é necessária, recorrendo de forma quase indiferenciada ao computador, telefone ou tablet; -----
  - Crescimento dos serviços baseados na "cloud", de forma a reduzir custos e a acautelar problemas de cibersegurança, bem como dos serviços baseados nas necessidades do cidadão; -----
  - Disponibilização de aplicações (Apps) dedicadas a serviços específicos, com especial destaque para a disponibilização de formulários e notificações em tempo real; -----
  - Criação de maior interoperabilidade entre sistemas; -----
  - Partilha de centro de dados centralizado, que permitirá a uniformização do sistema de informação das juntas de freguesia com acesso remoto via Web às aplicações de Contabilidade, Canídeos e Atestados e Certidões; -----
  - Apoio às juntas de freguesia e aos estabelecimentos escolares através de apoio presencial na utilização de novas soluções na área das TIC disponibilizadas em linha através do centro de dados do município; -----
  - Criação de uma rede partilhada de informação entre a Autarquia e outras entidades; -----
  - Promoção da comunicação interna e cooperação intersectorial, motivando os colaboradores para um esforço conjunto de melhoria; ---
  - Redução de custos e maior transparência. -----
- Constituem ainda objetivos, no âmbito da melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e empresas, os seguintes: -----

- Disponibilização de mais informação para aumento da interação com o município através de formulários Web, sites e Apps; -----
  - Aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão e empresas, através do acolhimento e atendimento, receção de pedidos através de diferentes canais de comunicação: digital, presencial, postal e telefónico (medidas estabelecidas no Decreto Lei n.º 73/2014, de 13 de maio); -----
  - Avaliação dos serviços pelos utentes (presencial e eletrónico);
  - Incremento da eficiência dos serviços municipais e da comunicação eletrónica com as Juntas de Freguesia, estabelecimentos escolares, cidadãos e empresas; -----
  - Requalificação do "balcão único" de forma a torna-lo mais digital, eficiente e acessível, permitindo ao Município aumentar a sua eficiência, eficácia, bem como a qualidade dos serviços prestados.
  - Melhoria da gestão de processos relevantes, como sejam os relacionados com serviços em linha, pagamentos e marcações de atendimento on-line. -----
- 2.3 A concretização desta operação compreenderá um investimento total de 835.532,04€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 710.202,23€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 125.329,81€. -----
3. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----
- 3.1. Conforme já anteriormente referido, a candidatura à operação "CHAVES EM LINHA - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos", foi submetida no Balcão 2020 no pretérito dia 3 de janeiro de 2017, tendo o município de Chaves sido notificado no dia 8 de março de 2017, pelos serviços técnicos da CIM-AT, da respetiva decisão de intenção de aprovação da candidatura em questão, por deliberação da Comissão Diretiva do NORTE2020, datada de 23 de fevereiro de 2017. --
- 3.2. Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, referente ao período de Audiência Prévia, o Município de Chaves pronunciou-se manifestando total concordância com o teor das conclusões do parecer global preliminar de análise da candidatura, sendo posteriormente, no dia 14 de março, notificado da decisão de aprovação final da candidatura em questão, a qual mereceu uma pontuação de 4,00 pontos de classificação em relação ao mérito da operação. -----
- 3.3. Após análise do conteúdo constante do parecer global final e na respetiva minuta do termo de aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada com base nos valores de financiamento inicialmente propostos/candidatados, ou seja com um valor de investimento total e elegível de 835.532,04€ e um cofinanciamento FEDER à taxa de 85% de 710.202,23€, pelo que cumpre neste momento ao Município de Chaves decidir sobre a aceitação do respetivo apoio/cofinanciamento. -----
4. PROPOSTA DE DECISÃO -----
- 4.1. Face ao exposto, e dada a importância e relevância que a implementação do projeto âmbito de candidatura terá para a capacitação dos serviços municipais, promovendo o acesso ao serviço digital, bem como uma melhoria da gestão e monitorização dos processos e procedimentos de organização interna dos mesmos, contribuindo para a modernização administrativa direcionada para as necessidades do cidadão e das empresas e uma diminuição de custo de contexto, propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes apresentados pela Autoridade de Gestão; -----

4.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 30 dias contados a partir da notificação, deverá a presente proposta ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido documento, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo para posterior envio para a CIM-AT. -----

À consideração superior, -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 06.04.2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 06.04.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezassete horas e cinquenta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

<sup>i</sup> Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009.